

e-debate @ urbanidade

A partir de Setembro de 2009, um grupo de pesquisadores se engajou em uma discussão iniciada por Douglas Aguiar sobre uma definição para “urbanidade” e formas de capturá-la teoricamente e metodologicamente – ou sobre a própria possibilidade (ou impossibilidade) de capturá-la. Essa discussão gerou algo como 40.000 palavras de observações e definições que mostram a riqueza e a dificuldade do conceito – e caminhos alternativos para entendê-la. Tivemos a intenção de colocá-la à disposição do público interessado em cidades de modo geral, e ainda, no futuro próximo, aprofundar nossas posições sob a forma de artigos e livro coletivo. O debate tem envolvido mais participantes ao longo do tempo: DOUGLAS AGUIAR, ROMULO KRAFTA, PAULO RHEINGANTZ, JULIO VARGAS, VINICIUS NETTO, LUCAS FIGUEIREDO e RENATO SABOYA.

Esta é a primeira parte do debate, centrado no tema da “urbanidade.” Outros dois debates se iniciaram, sobre “sustentabilidade” e sobre a urbanidade latente em um projeto de Reidy para a Esplanada Santo Antônio.

DOUGLAS AGUIAR: estou tocando um projeto de pesquisa que trata de avançar no *estudo dos requerimentos espaciais da urbanidade*. Convidei o Julio Vargas a participar e ele vai nos dar uma mão na parte quantitativa da sintaxe e no que mais quiser. Acho que teremos o romulo, já conversamos, e tenho mais algumas pessoas em mente. Me interessou a possibilidade de evolução de alguns conceitos, a luz do tema da urbanidade; dentre outros o conceito de *comportamento espacial*, e especialmente o de *rede social*; o processo de formação das *redes sociais*. Dá uma olhada no link <http://www.mediafire.co/download.php?tznzjdtzt0w> onde está relatado o estado atual do trabalho que estamos fazendo, e se julgares oportuno, estas convidado a participar desse projeto, do modo como desejares.

ROMULO KRAFTA: Não sei se poderia contribuir; a minha produção pregressa parece ser de pouca valia no caso, trata de sistemas espaciais em escalas mais amplas e pouca interface com os humanos (he he he); as coisas que estou 'cozinhando' no momento parecem ser mais próximas; ainda estão meio cruas, mas deixa eu te dar uma idéia geral disso: Vamos admitir que a cidade seja um suporte às atividades sociais, e, desses, vamos focar nos deslocamentos. Como é sabido, há diferentes tipos de deslocamentos – os que têm destinação pre-estabelecida e percurso conhecido, os que têm destinações sequenciais, os que têm destinação estabelecida, mas têm percurso desconhecido, pelo menos em parte, os que não têm destinação estabelecida (seriam os chamados “*deriva*”?), os que têm apenas a destinação como ponto relevante, os que têm mais de um, etc. Cada um deles segue uma lógica espacial própria, que depende, além da sua natureza, como dito acima, também do comportamento, *background* e *mood* de cada personagem, do clima, etc. Deixando de lado as características devidas a cada indivíduo, resta ainda a tal lógica espacial, ou seja, como cada indivíduo define um percurso físico a partir da natureza (origem, destino, destinos, objetivo, etc) do deslocamento pretendido. Podemos supor que a cidade, aquele suporte acima referido, é um repositório de informações disponíveis aos navegadores. Essas informações podem ser de dois tipos: as *sintáticas*, ou seja, as derivadas da articulação espacial [por exemplo, as alternativas de deslocamento dadas ao navegador a cada ponto (meio de quadra, esquina em cruz, esquina em T, etc.), a visibilidade (pode ser equiparada a axialidade) a cada ponto]; e as *semânticas*, as derivadas dos significados sociais, ambientais, simbólicos, funcionais, históricos, etc, aderidos a cada ponto. Estes conteúdos são hierárquicos, ou seja, abrangem um universo que vai dos componentes da imagem pública da cidade até um pequeno detalhe significativo apenas para um indivíduo ou conjunto mínimo de indivíduos (o ponto em que o pai foi preso, ou a esquina em que o irmão 'achou' uma bala perdida, por exemplo).

Então temos três coisas distintas interagindo: a cidade, o indivíduo e o percurso. Como definir e descrever cada um deles? Bueno, em primeiro lugar, podemos pensar a cidade como uma montanha, ou seja, um relevo constituído por pontos cuja cota, ou altitude é dada pelo seu conteúdo sintático e semântico. Já produzi descrições desse tipo usando centralidade sobre uma base espacial nodal, onde cada nó carrega conteúdos simbólicos (chamei o resultado de “*ordem simbólica*”). Resulta numa estrutura hierárquica de dimensão global, acho que há uma referência disso num artigo que te enviei recentemente. Acho que funciona melhor com

dimensão local. Mas tenho uma idéia de como fazer uma descrição completamente diferente, não estrutural, ou seja, sem relacionar cada ponto aos demais por meio de uma relação de distância ou posição relativas (acessibilidade e centralidade respectivamente), e penso que seria relevante porque seria independente do tal caminho mínimo, que é requerido nessas duas medidas. Caminho mínimo implica em racionalidade, conhecimento prévio do sistema espacial e percurso pre-estabelecido, ou seja, responde a apenas uma das muitas naturezas dos deslocamentos. Minha idéia é quantificar a informação contida em cada ponto a partir dos seguintes componentes: # de adjacências (conectividade), # de visibilidade (axialidade), função (no caso, não residencial, já que a grande maioria é residencial e, assim, pouco informativa), símbolo (monumento, frente a um contexto)... Haverá outros?... E com eles literalmente contruir uma montanha, ou seja, uma descrição dada por 'curvas de nível' semânticas. A descrição do navegador pode ser dada por uma espécie de algoritmo genético, ou seja, um conjunto de informações próprias de cada indivíduo, usado para 'ler' a montanha (veja que as curvas de nível, na real, variam de indivíduo para indivíduo, dependendo do seu código genético. Isso significa que se o cara é motorista de taxi vai entender o relevo de um jeito, se é um turista vai entender de outro completamente diferente). Finalmente o percurso é nada menos do que uma sequência de pontos da montanha, escolhidos em função da natureza do deslocamento e da leitura da montanha.

O conteúdo de cada ponto é um conjunto de atributos, cada um com um parâmetro de ajuste, podendo ser somados ou não. O parâmetro de cada atributo varia de zero (quando o navegador ignora esse atributo) a um # positivo indeterminado previamente, mas que pode ser identificado mediante calibração. O sistema permitiria realizar essa calibração por meio empírico, ou seja, tomando diferentes navegadores reais, pontos de partida dados e tipos de percurso previamente definidos, monitorando a realização dos percursos e usando as escolhas como referência para o ajuste de cada parâmetro. Quando elaborei a ordem simbólica essas coisas já estavam presentes, ou seja, cada ponto do grafo é descrito pela inserção espacial e pelo conteúdo simbólico, cada usuário é descrito por um código genético que seleciona quais os símbolos relevantes. Entretanto, o resultado é uma espécie de 'soma de todos os percursos' de cada navegador; além disso, esses percursos estão impregnados da racionalidade do menor caminho. Aqui a coisa é diferente no sentido em que se pressupõe uma maior interação entre espaço e navegador, os percursos são individualizados, etc.

Claro está que isso tudo ainda depende de muito trabalho de desenvolvimento (estou, no momento *trying to lure someone into it*, uma aluna de doutorado), há muita obscuridade, mas também há um arcabouço razoavelmente objetivo e claro. Há um problema inicial que é a inexistência de instrumento computacional disponível para descrever a cidade, teríamos que fazer isso à mão, o que representa um esforço grande, principalmente considerando que não é uma descrição fixa, e sim relacional, que muda segundo o ponto de vista de cada usuário (exceto os percursos baseados na racionalidade do menor caminho, que o meu software calcula). A base descritiva seria nodal, cada vértice correspondendo a uma interseção, extremidade ou eventual (locação de um evento – grafo primal), por razões óbvias de correspondência direta com o mapa. Sofisticando mais, poderíamos pensar numa descrição nodal-linear, onde seriam entidades espaciais as interseções, extremidades, pontos de evento e trechos de espaço público entre duas intercessões consecutivas. Nos próximos dias vou tentar formular isto melhor, produzir alguns diagramas explanativos e te mando.

Não estou vendo onde a análise sintática vai contribuir; [...] estás supondo a substituição da expressão "assimetria relativa", ou "integração" (que por sua vez substituem a expressão "acessibilidade") pela "urbanidade", sem mediação (ou, ainda mais radicalmente, estás propondo a expressão 'urbanidade' como substituta de um padrão de comportamento urbano associado estatisticamente à propriedade conhecida como acessibilidade). Acho que isso cria alguma confusão, pois urbanidade tem, já, definições bastante precisas e enraizadas na linguagem comum. Segundo o dicionário Aurélio, urbanidade (no sentido de comportamento) significa qualidades relacionadas a cortesia, ao afável e à negociação continuada entre os interesses: *Mynogaeth* = n. Urbanity: basicamente relativo a um modo de vida urbano, comportamento social nas cidades.

A medida de assimetria relativa identifica espaços segundo o critério de proximidade (distância relativa), que, por sua vez pode ser associada a padrão de fluxo (com 0.4, 0.5 de probabilidade). No caso da área central do Rio, padrão de fluxo quer dizer *crowds*, e *crowds* podem ser associadas à falta de urbanidade! Não há civilidade, boas maneiras [...] que resistam a uma rua entupida de

gente numa tarde quente como as do Rio. Mesmo se a gente supõe estender a urbanidade para a relação entre pessoas e o suporte espacial, a qualidade não resiste. Então, se entendo urbanidade segundo a definição usual, eu deveria procurá-la, com mais chances de encontrar, em ruas menos movimentadas, onde a civilidade teria ambiente mais propício para prosperar. E como identificá-la? Vestígios tais como cuidado com o lugar, delicadeza no trato do ambiente, afabilidade, tolerância com outras pessoas, por aí; ou seja: comportamento. Comportamento, por sua vez, tem características locais e evolutivas, é próprio de cada cidade e de cada tempo, é evolutivo; então haveria necessidade de definir os parâmetros específicos de urbanidade para o Rio, hoje, certamente diferente dos clichês tipo malandro de sapato de duas cores. Imagino um tipo de urbanidade mais dura, pouco cortês, apressada. Em Copacabana eu presenciei muitíssimas manifestações de urbanidade, não obstante serem profissionais, quer dizer, ocorridas no âmbito de uma atividade de prestação-consumo de serviços, tinham, todas, uma certa alegria, eram exercidas com satisfação pelas pessoas.

Uma questão, obviamente, latente é a relação entre urbanidade e espaço urbano, na hipótese de haver certas *características espaciais mais ou menos propícias ao desenvolvimento da urbanidade*; uma delas eu sugeri há pouco (lugares excessivamente populados inversamente relacionados à urbanidade), haveria outras? Os lugares mais recônditos seriam, então, mais propícios à urbanidade? Uma simples briga de vizinhos, bem como uma gentileza feita a um turista na Avenida Rio Branco seriam suficientes para destruir ambas as hipóteses; é provável que manifestações de urbanidade e de falta de ocorram igualmente em lugares supostamente propícios ou não propícios a tal. Afinal, urbanidade é também uma manifestação de atitude, de resistência contra situações adversas, uma reafirmação de humanidade, que, então, ocorreriam com mais significância exatamente nas situações mais adversas. Cheguei aqui a um ponto em que lugares propícios à urbanidade dispensariam a urbanidade (!). Pode-se, mais ou menos como decorrência do dito aí em cima, supor a urbanidade como algo necessário para a manutenção da vida coletiva e para verificação dos direitos individuais, como dar preferência ao pedestre, dispor o lixo adequadamente, não estacionar sobre a calçada, etc. e, assim, relativamente independente das características do espaço (atenção ao pedestre parece ser mais bem observada em BSB do que no Rio). Essa seria uma dimensão institucional da urbanidade, algo relativo a regras, explícitas ou implícitas, de convivência a que todos estariam submetidos. Mas e quanto à urbanidade espontânea, como seria: haveria manifestações de urbanidade diferentes no Saara, na Avenida Chile, na Presidente Vargas, na Avenida Atlântica, na Lapa? Não tenho respostas, mas acho que não é meramente uma questão de quantidade de pessoas.

DOUGLAS: Pois é, Romulo, tuas observações oferecem uma boa oportunidade para esclarecimentos de fundamento; por um lado sobre o conceito de urbanidade e o entendimento que dele tenho e, por outro lado, sobre o modo como a análise sintática se relaciona com o nosso assunto. Bueno, a definição clássica de urbanidade apresentada em diferentes dicionários, e que fundamenta o teu argumento – entendida como *civilidade* ou *cortesia de maneiras, refinamento* – não coincide com o conceito de urbanidade que venho adotando nesse trabalho, ainda que seja parte dele. As *manifestações de urbanidade* que tu presenciaste em Copacabana, por exemplo, a simples briga de vizinhos, a gentileza feita a um turista na av Rio Branco, tudo isso se refere ao conceito clássico e seria uma parte desse conceito ampliado que utilizo. Essa definição de senso comum que tu apontas, com as definições dos diferentes dicionários, entende a urbanidade como *uma característica do humano*, das pessoas. O entendimento de urbanidade que adoto, estende, amplia essa condição de urbanidade aos *não humanos* ou aos *objetos sócio-técnicos*, como chama Bruno Latour. Ainda que esse autor seja recente na minha literatura, compartilho com ele desse modo de ver já faz muito. Nessa linha a cidade, as ruas, os edifícios são *participantes ativos* da urbanidade, eu diria mesmo que *doadores* de urbanidade, entendida aí também, como *civilidade* ou *cortesia de maneiras, refinamento*, agora tudo isso por parte dos edifícios, dos espaços, assim como ocorre no caso dos humanos e talvez até em maior proporção. Portanto, haveria, como contrapartida do meio construído, uma carga arquitetônica, espacial, configuracional que proveria, em maior ou menor grau, urbanidade, tipos de urbanidade, graus de urbanidade aos lugares.

Desde o ponto de vista dos humanos, eu diria que o conceito de urbanidade no qual me apoio estaria mais próximo do conceito de *virtual community* do Hillier, como manifestação coletiva, que nas manifestações individuais como o turista sendo alvo de uma

gentileza na Avenida Rio Branco. Alias, a nossa experiência caminhando pelo centro do Rio não coincide com a tua apreciação de que 'o fluxo quer dizer crowds'. Ao contrário, após algumas incursões aos mesmos locais em diferentes dias e horas, tem-se uma apreciação de graus de urbanidade e de tipos de urbanidade; (vamos desenvolver essa linha mais adiante).

Bem, quanto à contribuição da análise sintática nesse estudo, objeto do teu outro questionamento, vejo assim: a condição de urbanidade, entendida em sua dimensão físico-espacial, é constituída por espaços ou lugares e pessoas. Essa dimensão espacial tem uma dimensão local, inerente a cada espaço e dada em sua forma geométrica, incluídos aí os edifícios que compõem os espaços, e uma dimensão global, dada pelo posicionamento desse espaço em um todo maior que o contém. Essa dimensão global seria particularmente ativa da composição da condição de urbanidade. Não que o maior número de pessoas signifique maior grau de urbanidade. Digamos, no entanto, que a maior ou menor presença de pessoas seja um indicador de urbanidade; ainda que saibamos os limites dessa definição, que tu bem detectaste. O *output* do Mindwalk [software de análise de redes viárias, de autoria de Lucas Figueiredo] (mapa axial 2) parece acusar com alguma consistência, nos *rankings* de integração, os percursos mais carregados de pessoas. Não vejo esses espaços como aqueles dotados de maior grau de urbanidade; bem ao contrario, concordo contigo. Vamos trabalhar o *output* do Mindwalk e verificar o que ele nos diz. Tem ali outras medidas além da integração; comprimento (...), conectividade; vejamos em que medida esses valores se comportam como descrições de movimento; a questão da urbanidade está relacionada, de que modo não sabemos.

Quanto ao fato de uma associação entre acessibilidade e urbanidade vir a criar alguma confusão nos cientistas de plantão, penso que essas características estão na prática relacionadas, e não é o fato de a urbanidade ter já definições enraizadas na linguagem comum que iria prevenir que pensássemos nesse mesmo conceito de um modo ampliado, como de resto muita gente que nos antecede vem fazendo. Nesse caso a definição clássica de urbanidade envelheceu (e deixou de ser clássica).

ROMULO: então, não te parece que, nesse caso, seria mais adequado chamar isso por um outro nome? Parte do lodaçal conceitual em que vive a arquitetura decorre precisamente do fato de que diferentes pessoas usam as mesmas expressões para referir diferentes significados. O que nos obriga a re-escrever definições básicas a cada vez. Urbanidade tem a sua semântica definida rigorosamente (somente depois disso se tornou, supostamente, senso comum). Isso não é nada novo, em cognição espacial existe a expressão 'affordance' criada (por um cara chamado Gibson, acho) justamente para referir àquelas propriedades do espaço que propiciam, facilitam, ancoram a cognição. Então cognição, percepção, *whatever* relacionado ao usuário é uma coisa, *spatial affordance* é outra coisa, ambas participantes do processo de formação do conhecimento espacial. Então, por semelhança, urbanidade é uma manifestação de comportamento dos usuários das cidades, que pode ou não ser 'afforded' pelas características dos lugares, a ser verificado.

Nessa situação, o quadro da investigação demanda, 1) uma definição mais precisa de urbanidade, 2) uma caracterização do processo (urbanidade é um processo, certo?), tentando separar aquilo que é essencialmente comportamental (por exemplo, idade [...]) do que contextual (dependendo da situação e, consequentemente, do lugar, mas também da situação socioespacial), 3) formulação de hipóteses prováveis que orientem a investigação (se quantidade de pessoas não é um critério, então não é uma variável a ser pesquisada). Para tornar isso completo ainda haveria a necessidade de haver uma teoria que insira as características espaciais no processo de urbanidade, ou seja, o enunciado de um mecanismo que dê conta de situações em que as características espaciais funcionam *a favor* da urbanidade e as que as *mesmas* características funcionam *contra*. Isso se dá porque não estamos supondo, suponho, uma relação de causalidade direta entre espaço e comportamento, já superamos essa fase.

O que poderia ser considerado vestígio, ou evidência de urbanidade (estou usando a definição estrita, de comportamento social na cidade) passível de ser mapeada e relacionada aos lugares? E uma vez feito isso, como identificamos as *spatial affordances* correspondentes? Esse é o cerne desse trabalho, no meu ponto de vista. As características morfológicas de BSB afetam o comportamento dos motoristas, que sempre respeitam os pedestres? Vestígio de urbanidade: o comportamento dos motoristas;

mapeamento: pontos de travessia de pedestres; hipóteses: a) os motoristas têm sua visibilidade favorecida pelos espaços amplos e abertos de BSB, b) as faixas de segurança estão claramente marcadas etc. Coisas como essas me parecem embaralhadas no trabalho em questão, mesmo nesse mail uma hora tu falas em urbanidade como propriedade dos lugares ("uma carga arquitetônica, espacial"), outra como comportamento ("diferentes dias e horas, tem-se uma apreciação de graus de urbanidade e de tipos de urbanidade"). Isso, para mim, indica que o objeto do estudo ainda carece de definição, antes da aventura empírica. A tua própria observação de que em diferentes dias e horas a urbanidade se altera demonstra implicitamente que a) a urbanidade é um problema de comportamento, b) depende do espaço, e c) não sabemos ao certo o que é urbanidade. Enfim, o que quero dizer é que sem um arcabouço, a tendência é a gente sair dando tiros a esmo e, pior, tirar conclusões equivocadas.

DOUGLAS: "Voltando a 1980, em Paris, mais uma mostra ilustra bem a radical importância que tiveram as grandes exposições para o avanço do pensamento pós-modernista: desta vez, trata-se da "Biennale de Paris". A exposição dedicou-se a examinar a urbanidade, voltando seu tema especificamente "À la recherche de l'urbanité: L'Urbanité, c'est le savoir faire la ville et le savoir-vivre em ville". O catálogo da Bienal, organizado pelo arquiteto Jean Nouvel, "definiu urbanidade como *aquele aspecto de um lugar que ilustra sua identidade, memória, conflitos e mudanças, enquanto expressa e alimenta os estilos de vida e aspirações de seus habitantes*" (Ellin, 1999, p. 54). Além disso, urbanidade expressa ainda uma harmoniosa forma de intervenção urbana ao buscar "(...) *colocar pessoas em relação com a cidade através da cultura e do 'genius loci'*. Ambos, pessoas e cidade, podem ser enriquecidos com a urbanidade" (Nouvel apud Ellin, 1999, p. 54). É recorrente nossa idéia de que a *urbanidade* é gerada socialmente, e que seu determinismo na formação dos lugares está associado a fenômenos processados no desenrolar do cotidiano das cidades, de fenômenos que se encontram em constante manifestação na vida urbana. Sendo assim, o sentido que damos à noção de urbanidade vai um pouco além de sua definição enciclopédica, que normalmente limita seu sentido a não mais do que demonstrações de civilidade, cortesia, afabilidade (Ferreira, 1999).

ROMULO: [...] pesquisa de *urbanidade*, definida como "*propriedade ou característica dos lugares urbanos, resultante da disposição de objetos arquitetônicos e espaços públicos sobre o solo com civilidade, refinamento, cortesia e boas maneiras*", alternativas de encaminhamento:

Alternativa 1: consulta direta aos usuários

Haveria um questionário a ser submetido a usuários escolhidos nos diferentes lugares públicos, segundo um critério de amostragem estatística válido, as perguntas incluiriam 'se este lugar tem urbanidade' e 'por que', haveria processamento estatístico das respostas. Isto seria mais ou menos como o que o K. Lynch fez com a imagem pública, culminaria com a identificação de características-chave, mas parece mais difícil de produzir do que os mapas cognitivos.

Alternativa 2: avaliação comparativa, usando opinião de usuários

Haveria a composição de um grupo representativo de usuários que visitariam diferentes lugares, ou seriam submetidos a imagens, quando deveriam distinguir graus de urbanidade e explicitar os critérios de escolha. O processamento público (cada um faria sua análise na presença dos demais) contribuiria para uma definição de critérios e aspectos relevantes na constituição da urbanidade. Isto é aproximadamente como fazem os *Environment & Behaviour people*.

Alternativa 3: adoção direta da linguagem de padrões do C. Alexander

A linguagem de padrões foi proposta justamente como uma espécie de essência de urbanidade, ou seja, a forma mais adequada (refinada, cortês, civilizada) de dispor edificações e espaços abertos sobre o solo. Os padrões, assim, funcionariam como parâmetros a partir dos quais as situações empíricas seriam avaliadas, buscando identificar um grau de desvio do padrão. Isto é mais ou menos como fazem os arquitetos de maneira geral, incluindo o Nouvel, citado por ti, com a diferença que eles usam os seus próprios projetos como padrões de linguagem.

Alternativa 4: observação empírica direta

O pesquisador toma a si a tarefa de observar e discernir sobre a existência, em que grau, de urbanidade em cada lugar. Para isso necessita de *critérios e parâmetros* (não vale usar a linguagem de padrões, pois então seria a alt. 3), bem como de uma *variável de controle* (algo que indique a presença ou não de urbanidade. Essa variável de controle dificilmente poderia ser espacial, pois então a equação toda se torna tautológica; mais provável que seja comportamental)

Alternativa 5: avaliação comparativa, usando critérios de diferenciação

Similar à anterior, porém buscando fazer critérios e parâmetros emergirem das amostras. Não dispensa a variável de controle, já que em última análise a legitimação de qualquer análise depende de alguma *correspondência entre as situações espaciais* descritas e algum *indicador de presença da urbanidade*.

Para as duas últimas (as que, suponho, sejam de tua preferência), os critérios e parâmetros (definidos a priori na alt4 ou a posteriori na alt5) serão necessariamente morfológicos e as variáveis de controle comportamentais. Do ponto de vista morfológico, imagino que as referências mais próximas da definição de urbanidade adotada sejam Camilo Sitte, o movimento *City Beautiful*, o próprio Alexander, o Cullen e mesmo o Lynch. O livro "*Responsive Environments*" do pessoal da Oxford Brookes vai nessa linha. O Hillier pode ser [usado] apenas se o problema da urbanidade for tomado como algo relativo à *razão* (eficiência, racionalidade, economia) e não relativo à *emoção* (beleza, graça, elegância), porque, como sabemos, no subterrâneo da Space Syntax [SS] está a noção de caminho mínimo. Os caras da sustentabilidade também estão tratando da 'boa forma urbana', baseados numa outra visão, não sei se devem ser ignorados. De qualquer forma, entendo que esses critérios e parâmetros sejam alcançáveis, o que nos deixa apenas com o problema das variáveis de controle, aquilo que *assegure a presença ou ausência de urbanidade*, e em quais graus. Tenho grande dificuldade em divisar isso; quando tento imaginar alguma *referência comportamental associada a urbanidade*, *acabo pensando em pessoas agindo civilizadamente nas calçadas*, edificações bem conservadas, sem pichação, mas isso a Jane Jacobs já flagrou há 40 anos atrás, não creio que seja objeto de reatenação agora. Estendendo a J. Jacobs, penso às vezes que o agenciamento do espaço público pelas autoridades (sinalização de tráfego, policiamento) são evidências de falência da urbanidade (é como se o Estado baixasse na cidade e dissesse: *ok guys*, já que vocês não sabem se comportar, roubam uns aos outros, estacionam em fila tripla, largam carros em cima das calçadas, atropelam pedestres, então vamos instituir algumas regras).

Não creio que eu possa contribuir em algo além disto; no meu grupo de pesquisa temos desenvolvido alguma competência em análise espacial urbana (por exemplo, temos um *software* que extrai, calcula e mapeia algo como vinte propriedades das redes espaciais urbanas) mas tenho pouca esperança de que esse *output* seja de alguma valia para este trabalho que, me parece, *depende menos de uma representação sistêmica do espaço urbano*. No início havias falado em percursos, que é uma coisa que me interessa e sobre a qual tenho uma ou duas coisinhas a dizer, mas a urbanidade não está no meu radar.

[Sugerindo:] Zepf, M. '*Concevoir L'Espace Publique, Les Paradoxes de L'Urbanité*', Tese de Doutorado, École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Lausanne, 1999, pp.3-4. Summary (p.3): "Our researches show that the dimensions of urbanity as a system of antagonisms (security and adventure, tradition and modernity, anonymity and common) are highly complex and tangled and in consequence call for an interdisciplinary approach. In this paper we have favoured a study of the public square's social, architectural and politico-administrative. This study thus proceeds, as a first step, to define a theoretical framework which allows us to identify the links between these various dimensions. This procedure enables us to highlight relationships which are structured between the dimensions of use, form, and function."

DOUGLAS: Caro Krafta, [...] como bem disseste as alternativas do *bottom* da lista são aquelas que naturalmente tendem a vingar. As duas primeiras realmente não tem nada a ver. Já as outras três poderiam, a meu ver, serem combinadas.

Alternativa 1; o problema é como perguntar a alguém se um determinado lugar tem urbanidade, se eu próprio não sei definir, ainda, o que é urbanidade. A tua definição é boa, "*propriedade ou característica dos lugares urbanos, resultante da disposição de objetos arquitetônicos e espaços públicos sobre o solo com civilidade, refinamento, cortesia e boas maneiras*". No entanto não sabemos ainda que *propriedades* ou *características* sejam essas dos lugares urbanos. Ou qual *disposição de objetos* seria recomendável? Ainda bem que o Alexander sabe – *sorry, joking!*

Alternativa 2; outra furada; continuamos sem saber o que é urbanidade e mostramos fotos perguntando se os nossos 'usuários' sabem [...]. Como é que o processamento público contribuiria para uma definição de critérios?

Alternativa 3; essa verificação dos padrões do Alexander pode vir a calhar... Há que ver as categorias. Pode vir a ser mesmo interessante.

Alternativa 4; por que não misturar com a três? Montar uma *frame* de critérios, tomar os critérios não só do Alexander (e de outros) como base, e aí pode entrar a sintaxe também, pode-se dizer que um dos componentes da urbanidade, ainda que parcial, é a quantidade de pessoas, ou não? Qual variável de controle poderíamos utilizar? Qual variável comportamental?

Alternativa 5; porque não misturar com a três e a quatro; esse me parece ser um caminho natural. Fiz uma revisão do Lynch, da uma olhada nas pp.7-9 do <http://www.mediafire.com/download.php?tznzjdtzt0w>, a noção de percepção de uma estrutura espacial na situação examinada, ou a percepção de que a situação X seja parte de um todo estruturado, me parece um componente (da condição de urbanidade). Entendo daí que, para o Lynch, *a urbanidade estaria essencialmente vinculada a uma representação sistêmica do espaço urbano*, na cabeça, ou percepção das pessoas.

ROMULO: Douglas, ainda impregnado pela tal urbanidade, procurei alguma coisa que pudesse iluminar; não fui muito longe, mas não obstante achei coisas que podem, se acessíveis, ser de algum proveito. Suponho que tu já tenhas essas e outras referências, mas de qualquer forma vão aí os registros.

L`urbaine urbanité >> parece ser um tipo de *happening* urbano, controlado.

La ville numerique >> comunidades virtuais, mantive porque usa o 'urbanité numerique' como referência.

Lês paradoxes de l'urbanité >> o mais promissor, me interessou particularmente a parte 6 do cap 4 que trata da verificação de hipóteses, validação da proposição e critérios de avaliação,

Lês territoires intermediaries >>> parece interessante, promete métodos de análise urbana.

Nouvelle urbanité >>> carta de intenções do conselho da Europa

Urbanité numerique >> título intrigante, não consegui dados sobre o livro, mas parece ser sobre a urbanidade na web.

Urbanité Quebec >>> é a revista da ordem dos urbanistas do Canadá

Urbanité et europeanité >> parece interessante, trata justamente da *relação entre cidade e identidade social*, mas parece ser em escala regional.

DOUGLAS: boas dicas; dei uma enfatizada em algumas partes do sumário do Zepf que me parecem interessantes, ainda que ele trate de *squares*, me parece que os termos dele se aplicam ao *espaço público em geral*, ruas, dá uma olhada, especialmente na parte final, aquelas categorias, que achas? Não consegui, no entanto, chegar na íntegra do trabalho (no site), eh uma pena. Ainda sobre as palavrinhas, os termos e esse problema da confusão de entendimentos, essa torre de babel conceitual na qual estamos imersos, o lodaçal. Sempre achei uma furada a denominação *integration* aplicada ao RRA, tanto no ingles quanto em portugues; integração, segregação, fico com a impressão que tem um bias étnico, racial, forte no termo, quer se queira quer não. Uns anos

atras, por causa disso, comecei a usar a denominação de acessibilidade, ao invés de falar em integração, para descrever a medida, especialmente depois que o Hertzberger veio com as 'gradações de acessibilidade', nas suas *lessons*; e o modo como ele explica o conceito, tem tudo a ver com integração; parecia-me bem. Mas não deu certo não; a palavra acessibilidade foi em seguida adotada pela causa dos deficientes físicos, e de tal modo que hoje é difícil falar de acessibilidade sem ter que ficar dando *n* explicações sobre o que se está falando, que não tem nada a ver com o cadeirante; enfim, desisti então de falar em acessibilidade. E estou no momento sem uma boa palavra pra descrever *a coisa*, o RRA.

Bem, quanto à *urbanidade*, que é o que interessa no momento; o fato é que ela contém, além de outros componentes, uma pitada, ou mais, de *integração* (RRA), e/ou de *acessibilidade*; o conceito me parece bom (de urbanidade); na busca de legitimação da sintaxe, o Bill tem que correlacionar, via estatística, a configuração com o *movimento de pessoas*; pra poder dizer uma frase completa. Já o conceito de urbanidade me parece ser incluyente, de ambos, os *humans* e os *non-humans*, *tem ali a forma, a configuração (ções) e as pessoas* (vamos evitar falar em *usuários* [...]). Não consigo identificar essa *composição de ingredientes da urbanidade*, mas o *movimento parece ser um deles*, como entra o espaço? Os lugares, melhor? O Alexander pode nos dizer. De fato Romulo, acho que aquele livro que tu me emprestaste um tempo atrás, do Alexander, acho que é o *Phenomenon of Life*, fala muito da alma dos objetos; a vida nos objetos, de alguns, e a não-vida de outros; a urbanidade tem um pouco disso também. O Lineu apareceu com uma definição de urbanidade como "uma qualidade típica e única do ambiente construído... Uma qualificação vinculada à dinâmica das experiências existenciais, conferidas às pessoas pelo uso que fazem do ambiente urbano público, através da capacidade de intercambio e de comunicação de que está imbuído esse ambiente." E me parece também que não só o ambiente, mas as pessoas, devem estar imbuídas. Se trataria sim, no entanto, no sentido que esta sendo aqui tratado, de '*uma qualidade típica e única do ambiente construído*', ou não?

ROMULO. Sim, entretanto as coisas mais sofisticadas escritas sobre as relações entre espaço e prática que eu li até hoje são de autoria do Vinicius de Moraes Netto; estou *looking forward to hearing from him* nisto. Não obstante, o nível de tratamento da matéria dado por ele é estratosférico, quero dizer, muito distante de uma transposição imediata ao empírico, demanda (vários) níveis de intermediação. Voltando ao problema da urbanidade, eu 'compro' a hipótese de haver nela um *componente espacial*, uma espécie de '*affordance*' que os lugares possam ter, entretanto isso parece ser bem mais complicado do que a *affordance* normal do Gibson, porque a cognição é uma reconstrução do espaço na mente, *que se baseia, em grande parte no espaço em si*, quer dizer há relações concretas e verificáveis com relativa facilidade. A *urbanidade é uma relação entre indivíduos com a eventual interveniência do espaço*, o que é fundamentalmente diferente e mais complicado. Embora urbanidade, pelo menos para mim continue sendo um problema de relações entre pessoas, e não se resume a um problema de etiqueta urbana, boas maneiras; pode ser mais básico (no sentido de fundamental).

JULIO VARGAS: [...] Resgatei um texto de 2001 da revista *Ciência e Ambiente*, "Pequena Digressão sobre Conforto Ambiental e Qualidade de Vida nos Centros Urbanos", que foi quando travei contato com as idéias do prof. Rheigantz e sigo firme no Berman, do qual falo mais assim que tiver um tempinho. O foco dele são as manifestações artísticas em Times Square, mas tem muita coisa sobre o espaço em si, inclusive incursões muito interessantes sobre a configuração do lugar, o arranjo viário, acessibilidade, confluência... Na minha dissertação mexi um pouco com esses conceitos de dinâmica social em espaços centrais e depois tentei [...] avançar por uma idéia de "vitalidade", que seria não a simples presença de gente – pedestres – mas a mistura de tipos nos espaços públicos. Vou [enviar] o que escrevi e também as medições que fiz, que acho que vão na linha do que o Rômulo escreveu, da necessidade de tomar a urbanidade/vitalidade pelo lado mensurável, racional, com variáveis, indicadores. É um recorte meio forte, que elimina o sublime da noção de urbanidade em nome de uma operacionalização de pesquisa...

DOUGLAS: caro Julio, muito oportuno nesse momento o trabalho que nos enviaste sobre a *vitalidade urbana*; ele tem mesmo tudo a ver com aquilo no que me embrenhei tentando definir *urbanidade*. Fiz algumas reflexões enquanto fui lendo e te passo no que segue, muito no intuito de pensar alto sobre aquilo que eu próprio estou no momento fazendo. Não tenho respostas para as perguntas que te faço e não creio que outros as tenham. Pergunto, no entanto, a fim de provocar a nossa reflexão mútua. Bueno, ali pelo início do resumo tu sugeres que '*a qualidade dos centros urbanos reside primordialmente em sua dinâmica social*'. Tendo em vista o que virá em seguida, no teu próprio argumento, não seria o caso de dizer direto que essa fundamentação da qualidade dos centros urbanos compartilhada, em pé de igualdade, com a dinâmica espacial; entendido aí o papel dos espaços da cidade e seus edifícios? Na sequencia, ainda no resumo, tu falas que a '*dinâmica social é o sistema de interdependências e relações entre os habitantes da cidade em suas atividades cotidianas (habitar, trabalhar, transacionar, deslocar-se)*'. Vejo aí que a parte da dinâmica social, conforme definido acima, que entraria na composição do conceito de urbanidade, no qual estamos trabalhando, é a presença de pessoas no espaço publico, de diferentes modos, deslocando-se, com maior ou menor pressa, paradas curtindo, conversando... (ocasionalmente 'transacionando'). Seria isso?

Mais adiante, ainda no resumo tu sugeres que "o projeto propõe-se a capturar essa dinâmica a partir do potencial quadro de contatos sociais que emerge das condições físicas e funcionais (uso do solo, configuração viária, densidades)." Dá uma clareada, por favor, o que tu entendes como "*contato social no contexto da vida no espaço público*"? Para haver o contato social na rua tem que ter uma conversa, ou um olhar já basta? Ou a simples co-presença de pessoas no mesmo espaço já contaria como contato social, como querem alguns autores, o Hillier, por exemplo, com a idéia de *virtual community*, ou o *sistema de encontros interpessoais*, do Hollanda? E logo adiante tu entras com os efeitos da forma: "a composição deste panorama social pode ser obtida da mensuração e ponderação de propriedades da forma construída e do sistema de atividades". Podemos dizer então que a forma dos edifícios e as atividades determinariam então 'o potencial quadro de contatos sociais', seja qual for? Ou que 'o potencial quadro de contatos sociais' corresponde a um 'panorama social'? E mais adiante: "existem vários centros em uma cidade e que cada um deles apresenta um tipo distinto de dinâmica cotidiana articulada com as distintas formas de configuração do espaço. Esta dinâmica sócio-espacial pode então ser chamada de vitalidade" (p.3/5). Seria isso q tu denominas como 'dinâmica cotidiana,' algo dado simplesmente pela quantidade de pessoas? Então vitalidade e urbanidade não são a mesma coisa... "verificação da composição do seu panorama social funcional, entendido como presença e proporção dos distintos grupos de freqüentadores dos espaços centrais" (p.5). Seria essa noção de grupo pertinente, grupos de freqüentadores? "A proposta é medir e articular variáveis relativas à forma construída, sistema de atividades (usos do solo) e fluxos, utilizando-os como *proxy* do panorama social funcional" (p.5). Então da leitura da forma derivaria um quadro do panorama social? "...inferir o potencial quadro de contatos sociais a partir de mensurações materiais... [uma] representação do panorama social das centralidades desde um ponto de vista funcionalista, tomando as pessoas como agentes pragmáticos, como entes cujas decisões têm basicamente um fundamento prático. Em resumo, como usuários da rua... O panorama social das centralidades pode ser reduzido aos seguintes grupos: *permanência* (quem está no centro) Morador, o Trabalhador; *destino* (quem vai ao centro) o Consumidor próximo (morador do entorno, viagem a pé); o Consumidor distante (viagem de carro ou coletivo); *passagem* (quem passa pelo centro): o Transeunte a pé; o Veículos de passagem."

Essa tipologia permite que uma mesma pessoa pertença a todas as categorias; tu achas que ela tem possibilidade de esclarecer alguma coisa a respeito da vitalidade ou da urbanidade? Saber se o cara é trabalhador ou aposentado, se ele veio de longe ou de mais perto? "A hipótese é que o *nível de convívio* (tomado como co-presença) entre os tipos de usuários pode constituir um construto – um indicador confiável – da qualidade do centro urbano no que concerne à sua dinâmica social (ou vitalidade)" (p.7). O que seria 'nível de convívio' nesse contexto? "é necessário primeiramente que todos estes grupos existam em quantidade significativa, a fim de minimamente elevar o espaço à condição de centro." Então a quantidade é chave? Ou não? "a qualidade da vitalidade – como será chamado o indicador proposto – passa a ser uma medida que varia em função da combinação dos indicadores de *existência e tamanho* dos grupos" (p.7). Essa noção de 'grupo' me parece complicada aí. "definir um parâmetro "ideal", um *valor de referência* contra o qual os demais possam ser confrontados" Variável independente? "um rol preliminar de atributos físico-funcionais quantificáveis, os quais comprovadamente (literatura e pesquisas da área, conforme bibliografia)

apresentam fortes correlações com a dinâmica social, podendo ser tomados como indicadores confiáveis da presença dos grupos." As *patterns* do Alexander? O *ranking* de integração?

[Trazendo o conceito de Urbanidade em Hollanda]: "a urbanidade, conceito que interessa a nossos fins, porque *simultâneo a espaço físico e a comportamentos humanos*. Propus que urbanidade fisicamente caracteriza:

- a) minimizar espaços abertos em prol de ocupados;
- b) menores unidades de espaço aberto (ruas, praças);
- c) maior número de portas, abrindo para lugares públicos (jamais paredes cegas);
- d) minimizar espaços segregados, guetizados (becos sem saída, condomínios fechados) e efeitos panópticos.

Comportamentalmente, do Aurélio tragamos que "urbanidade" é a qualidade do "cortês, do afável, relativo à *negociação continuada entre interesses*". Urbe (cidade) associa "urbanidade" a contexto citadino, contudo é ampliável. No âmbito urbano a "negociação de interesses" reporta-se a classes sociais ou etnias e na escola é entre funcionários, professores e estudantes. Na casa é entre gêneros e gerações, moradores e visitantes, patrões e empregados (capítulos 6º e 7º). Vale para *sociedades e instituições não hierarquizadas, não ritualizadas, caracterizadas pelo espontâneo e pela improvisação*, o que não se atém ao preestabelecido, não é convencional. Estudos demonstram que nada disso é necessariamente "desordem", mas um tipo de ordem associada a instituições e sociedades mais democráticas." Essa associação da urbanidade, que ele sugere, com as *sociedades menos hierarquizadas, o improviso*, parece interessante.

VINICIUS: Venho acompanhando a discussão e gostaria de comentar algumas coisas. A primeira vez que tive contato com o termo 'urbanidade' foi em 1998, em função do Fred Holanda, que escrevia sobre isso. Naquele momento, havia ficado impressionado porque o conceito parecia bastante amplo. Não vou discutir o conceito do Holanda (podemos convidá-lo para a discussão); vou explorar o desdobramento do "urbano" nessa extensão (*urban-idade*), que parece multiplicar ou capturar uma espécie de *essência do próprio urbano* e das experiências urbanas. Vou tentar esboçar aqui uma definição ou aproximação.

Vejo que 'urbanidade' se refere a uma experiência do urbano, mas não a definiria como categoria psicológica ou de predominância psicológica. O que importa na idéia de 'urbanidade', ate onde entendo, e' que ela endereça não as *condições* urbanas pra uma vitalidade ou riqueza do urbano, mas aos *efeitos* de quaisquer que sejam as condições da 'vida urbana intensa' (e acho que aqui está parte das dificuldades em descrever que propriedades no urbano ela depende: ele se refere aos *efeitos* do urbano, efeitos que apreendemos como *qualidades* do urbano, e então confundimos efeitos e condições). Essa qualidade de vida urbana intensa deve ir necessariamente alem da dimensão experiencial, por mais *última* que esta seja, por ela se restringir essencialmente a *experiência individual*, a do sujeito (a *minha* experiência, assim encerrada) – ao passo que o mistério maior está em entender como algo assim vem à tona *at all*. Porque ela só pode ser uma produção social, e – desconfiamos – mediada, produzida e reproduzida pelo espaço. Assim, não nos refiramos imediatamente as suas causas ou suas contingências, mas ao que urbanidade *implica*. A despeito da definição de senso comum dos dicionários, eu diria que o conceito de "urbanidade", como desdobramento, extrapolação do conceito de "urbano", é uma forma de endereçar a "essência do urbano" ou a "*última* qualidade do urbano": a que captura todas as qualidades, as melhores qualidades que vemos e esperamos em cidades e áreas e tecidos e "lugares." E eu não me apressaria a vincular "urbanidade" com um conceito tão espacialmente auto-confinado, e ao mesmo tempo tão indefinido, quanto o de "lugar" – o conceito de 'urbanidade' me parece simplesmente maior, parece não caber no "lugar;" a qualidade (bem como o conceito) de urbanidade parece extrapolar as bordas – identificáveis ou não – do lugar, e "vir de todos os lados" do lugar: ainda que seja perceptível em lugares, não poderia ser produto do lugar como "fenômeno" ou evento espacial.

Urbanidade devia ser uma espécie de qualidade superior do urbano, de meta-qualidade, a reunião das suas melhores qualidades em uma expressão-envelope, que exatamente por esse poder de síntese e de captura de tudo aquilo que nos parece fazer mais

sentido em cidades, enfrenta grande dificuldade de definição. Meu argumento é que talvez devamos deixar o conceito de urbanidade exatamente assim: esse desdobramento em direção a essência e as qualidades superiores do urbano, da cidade, do que a torna viva, sejam quais forem seus tipos de vida; um conceito que nos captura por dizer mais coisas que se conseguiria em um recorte em particular, porque se refere a coisas *demais*, muitas delas indizíveis, ou que espirram para além dos recortes através dos quais somos treinados a ver a própria cidade – e são assim imediatamente excluídas também substantivamente. Assim, urbanidade, como qualidade superior, é impregnada de nossas melhores aspirações e desejos sobre a cidade (nossos também: apesar de pesquisadores com ambições descritivas, essas qualidades e aspirações nos motivam e seduzem o tempo todo); urbanidade é essa qualidade última em direção a qual todas as cidades deveriam apontar. Apesar do que há de indefinição no conceito, ou por causa dessa indefinição, é ele onde temos caído para tentar entender lugares como Ipanema, Copacabana, Quartier Latin, Soho em Londres, Manhattan ou o Pelourinho – ou a cidade baixa ou Bonfim em Porto Alegre. Na impossibilidade de capturar todas as condições e qualidades à volta, falamos desses tecidos de “vitalidade, urbanidade, socialidade...” Assim, a idéia de urbanidade esta carregada de uma espécie de “devir” – um modo como cidades *deveriam ser*, esse estado urbano para o qual nossas cidades deveriam apontar. O conceito não tem nenhuma precisão descritiva, apesar da tentativa de buscar suas condições. Essas condições, por definição, só podem ser variadas demais e tocar, portanto, em mais de uma dimensão analítica. E em função desse mero truque etimológico (a adição do “dade” ao “urbano” – e o salto substantivo, ontológico implicado por esse desdobramento lingüístico), ele passa a ser o mais multidimensional dos nossos conceitos sobre cidade. Ele passa a endereçar todas as qualidades misteriosas que tornam cidades vivas e fascinantes.

Mas busquemos as tais condições (sob o risco de ‘eliminarmos o mistério’ e danificarmos a amplitude do conceito). Urbanidade não pode se restringir a uma experiência: nem a uma experiência psicológica, nem a um conceito psicológico, porque em conceitos assim costuma se perder a riqueza da lateralidade das experiências, a conexão entre nossas experiências, e sobretudo de nossas práticas. Urbanidade inclui e ultrapassa a idéia de experiência, e coloca espaço, humanos, suas práticas, gestos, comunicações; inclui o que evanesce no espaço: urbanidade tem a ver com espaços de trocas sociais ricas, densas, pouco importa o tipo – mas não deve, pelo que ela nos inspira a capturar, incluir práticas da degradação do humano; esse não deve ser o ‘telos’ do urbano, não é o ‘devir’ do urbano em ‘urbanidade’. Um passo adiante, urbanidade inclui as condições pra que haja intensidade da presença humana e de suas interações, das nossas ancoragens no espaço (das ancoragens menos às mais voláteis – dos nossos afetos por certos espaços à nossa ação eventual no espaço) – uma intensidade de ligações com o espaço da cidade, visíveis: a presença humana que endereça espaços, esquinas, botecos, lojas, como modo de ligar sua prática a de outras pessoas. Espaços de urbanidade são espaços de conexões, referencialidades entre práticas e esses lugares, de intensidade de convergências. As condições morfológicas e as de ocupação desses espaços que venham a alimentar essa intensidade de ligações entre pessoas e espaço e entre pessoas através do espaço – essas devem ser as condições materiais da ‘urbanidade’. Há formas variadas aqui. Talvez mais de um ‘gene espacial’ seja capaz de materializar tais intensidades de vida urbana. Certamente pouco importa estilos ou épocas em que esses tecidos sejam produzidos ou a própria idéia de (e experiência) ‘estética’ – é uma questão, como sempre, de *configuração* – que também vai além da qualidade topológica das ruas acessíveis ou integradas, infra-estrutural para o movimento e suas implicações. A arquitetura é parte ativa, como abrigo dessas práticas urbanas e das conexões e referencialidades (cognitivas, simbólicas) entre as práticas, que estruturam nossa experiência, nossa vida social – e nossa experiência e vida urbana.

Assim, não vejo muita necessidade em qualificar urbanidade em intensidades ou graus – a idéia de *intensidade* de vida urbana é embutida na idéia de urbanidade – vida urbana em diferentes formas e variedades, mas ligadas a um *ethos* último: a esse devir, desdobramento do urbano em seu melhor e mais desejável. Essas características, apesar de difícil definição (em função do que tivermos da variedade de opiniões e desejos e aspirações), seguem tendo algo em comum, que atravessa essas qualidades: são tidas como positivas, bem-vindas, etc. Concluindo, é um conceito *sócio-espacial* por excelência, e inclui a idéia de *experiência*, mas somente para extrapolá-la ao endereçar a intensidade de vida e prática social em espaços talvez igualmente – e não por acaso – intensos. Espaços altamente presentes, envolventes. Em espaços de urbanidade, não há espaço para a experiência da paisagem ou do tremendamente aberto (digamos, da Lagoa Rodrigo de Freitas no Rio, ou do mar, ou do Rio Guaíba em Porto

Alegre); experiências de espaços outras características suspenderiam imediatamente a leitura ou impressão da urbanidade. Ela pode ser contrastada com a experiência da geografia natural radical, como ocorre no Rio – e, por puro contraste, reforçar exatamente a qualidade do artificial, dessa *artificialidade intensa, circundante* que ‘engole’, ampara, ancora, cruza, aproxima, converge e diverge pessoas, atos, socialidades.

Analizamos demais e quase eliminamos o caráter difuso do termo – por buscar uma infra-estrutura dentro de tudo o que ele toca?

PAULO RHEINGANTZ: primeiro, tenho achado os debates muito relacionados com a lógica da racionalidade, que segundo Boaventura de Souza Santos, é apenas um dos diversos modos de ver e explicar as coisas, e não necessariamente o melhor ou o mais certo. Acredito que a proposição do "coletivo" de Latour em substituição ao par "humanos" e "não-humanos", e a do "viver é conhecer" de Maturana e Varela (A árvore do conhecimento) podem contribuir em muito para superar as dificuldades da discussão, inclusive as anteriormente formuladas por Romulo. Em lugar de tentar enquadrar a discussão sobre "urbanidade" a partir de argumentos racionalizados, penso ser muito mais importante (e abrangente) tentar explicar a nossa experiência vivenciada em cada ambiente observado (e também a dos outros). As explicações e argumentos racionais servem apenas para corroborar as nossas descobertas e emoções, que não cabem no discurso acadêmico tradicional, em geral frio e distanciado. A natureza humana não pode ser fielmente enquadrada nem reduzida a um simples conjunto de argumentos lógicos, porque muito de nossa experiência é de cunho emocional e de difícil argumentação. O discurso erudito pode ser muito apreciado em eventos e entre nossos pares, mas em geral é muito distante do que vivenciamos em nossa experiência urbana. Dito isto, não acredito ser possível tentar debater "urbanidade" com tanta erudição e frieza. Penso que "urbanidade" seja a qualidade do urbano e, assim como a própria existência humana, só faz sentido se analisado indissociado dos humanos – daí a importância do "coletivo". É algo muito próximo da "qualidade sem nome" de Alexander, percebida, mas nem sempre possível de ser explicada.

VINICIUS: Gostaria de comentar algumas observações de Douglas e Paulo (abaixo), e tentar responder as perguntas do Douglas, que demandam esclarecimentos. Temos pontos de convergência com Paulo ao incluir o humano, naturalmente, como parte do fenômeno da "urbanidade", e a dimensão experiencial (que esclareço em seguida), mas não vejo como não tentemos discutir e entender, e "racionalizar" é na verdade o modo de descrevermos usando a língua. Isso não substitui a experiência nem diminui sua importância, incluindo a das pessoas lá fora. Estamos tentando entender o que é urbanidade e quais suas condições. Entender essas condições não implica em chegar a um determinismo do espaço, mas não devemos excluir o material e o espaço como ativos no processo. Temos décadas de afirmação de uma dialética aqui, explicada de diferentes formas, e não podemos simplesmente ignorar isso em nome do "sabor da experiência" – a idéia aqui é *conhecer* o porquê ela adquire as qualidades que adquire, se a desejamos em outras cidades.

< VINICIUS ' *explorar o desdobramento do "urbano" nessa extensão (urban-idade), que parece multiplicar ou capturar uma espécie de essência do próprio urbano e das experiências urbanas* '.

DOUGLAS [ON VINICIUS]: 'do próprio urbano', portanto, dos objetos, dos edifícios e espaços, e 'das experiências urbanas', portanto da pessoa, da percepção (?) da pessoa.

VINICIUS: Não se pode reduzir a idéia de "experiência urbana" à idéia de "percepção urbana". Temos esses hábitos teóricos de cair rapidamente nessa teoria de essência visualista, quando a idéia de experiência é mais ampla que a experiência visual. Me refiro a experiência do urbano – das espacialidades do urbano, mas também das suas socialidades, a riqueza de seu mundo social, das contradições e tensões, etc., e como o "eu" se situa nessa experiência mediada, construída pela cidade e sua espacialidade. A origem do termo é mais ligada a uma ontologia do que à (uma redução da fenomenologia da experiência perceptiva ao) visualismo da "percepção urbana". A teoria da percepção é o equivalente e talvez a natural tradução em teoria urbana da predominância histórica da estética em arquitetura como paradigma que endereça (mas explica?) o fenômeno urbano: uma ênfase aplicada à

forma edificada em uma diferente versão, por questões de escala e sobretudo propósito de esclarecer uma ligação psicológica à forma de conjunto da cidade. A teoria estética explica condições da adequação da forma, e as prescreve como composição; a teoria perceptiva explica modos de adequação visual da forma urbana – e as aponta como desejáveis nas cidades. O sucesso imenso de ambas as teorias se deve a esse caráter – a sua vinculação evidente a opacidade da forma, e não as tensões invisíveis ou menos visíveis que geram e subjazem a forma. Em função disso, ambas padecem de limitações quanto à descrição da arquitetura para além do fenômeno visual ou funcional, o fenômeno enquanto ligado a relações e com efeitos sobre outras dimensões além da perceptiva ou estética.

'e acho que aqui está parte das dificuldades em descrever que propriedades no urbano ela depende: ele se refere a efeitos do urbano, efeitos que apreendemos como qualidades do urbano, e então confundimos efeitos e condições'

DOUGLAS: oportuna essa distinção efeito / condição.

'Essa qualidade de vida urbana intensa deve ir necessariamente além da dimensão experiencial, por mais última que esta seja, por ela se restringir essencialmente a experiência individual, a do sujeito (a minha experiência, assim encerrada) – ao passo que o mistério maior está em entender como algo assim vem à tona at all. Porque ela só pode ser uma produção social, e, desconfiamos, mediada, produzida e reproduzida pelo espaço.'

PAULO [ON VINICIUS]: Certamente ela pode ir além da dimensão experiencial, mas não vejo a menor relevância em trabalhar com este além – o coletivo humano-não-humano só tem significado e importância se analisado a partir da experiência. Tentar explicar e analisar a arquitetura pela arquitetura não me parece ter a menor importância para a vida humana, embora possa tê-lo para o discurso intelectual ... que não me atrai nem um pouco no contexto da arquitetura e da vida.

DOUGLAS: pois é aí que entra a arquitetura; entendida como conjunto edificado mais configuração espacial, o modo de arranjo, a sintaxe.

'uma forma de endereçar a "essência do urbano" ou a "última qualidade do urbano": a que captura todas as qualidades, as melhores qualidades que vemos e esperamos em cidades e áreas e tecidos e 'lugares''

DOUGLAS: e as piores qualidades? A presença dos moradores de rua, catadores, meninos fumando crack, prostituição, etc etc. isso tudo entra ou não junto nesse pacote da urbanidade? Pois se a urbanidade trata da 'essência' do urbano, não faria parte da essência do urbano às áreas sob viadutos, por exemplo? Tem uns projetos de 'atividades' sob viadutos em SP; e a idéia é injetar urbanidade nesses lugares, via arquitetura.

PAULO: As melhores e as piores qualidades do urbano estão sendo analisadas e discutidas em que contexto? Por quem? Vocês se referem à visão e à opinião dos arquitetos? Dos arquitetos acadêmicos? Dos habitantes e profissionais de um determinado lugar? Não lembro de ter visto, exceto nos relatos de Douglas, qualquer menção a estes aspectos. Quando analisamos ou descrevemos um lugar, qualquer que seja, como é possível fazer comentários ou explicações de um determinado lugar sem incluir ou mencionar os hábitos e valores dos seus habitantes?

VINICIUS: Há maneiras diferentes de pensar em "urbanidade", nesse desdobramento (teórico) do "urbano" em direção do seu "estado específico". Pode-se olhar sim como "condição do urbano", de tudo referente à cidade (e aí incluiríamos qualquer elemento, qualidade ou dinâmica ou evento, como esses dos meninos fumando crack; além deles, incluiríamos as qualidades de *qualquer* cidade – cidades pequenas, núcleos em formação que já teriam sua urbanidade, seu "estado de urbano"). Esse uso parece correto simplesmente porque na idéia de *urban-idade* poderia estar incluída qualquer evento urbano. Mas não parece ser esse o uso que o termo que tem ganhado coerência teórica tem. Temos nos referido a urbanidade como uma qualidade do urbano, onde os potenciais do fenômeno estariam mais aparentes, manifestos em uma cidade ou tecido, visíveis já na escala do "lugar" (seja qual for o modo como se delimite espacialmente). Nos referimos à uma urbanidade como estado de plenitude do urbano, um "urbano a plenos pulmões." Simultaneamente, vemos esse estado de plenitude como uma qualidade *desejável* da cidade, um caminho que

cidades se desenvolvendo vão terminar por atingir ou deveriam: a urbanidade seria uma espécie de *telos* da cidade, seu “devir”, a manifestação de sua condição plena, de sua real condição, mesmo que ainda esteja latente, potencial – também carregada dos ideais e desejos por essa urbanidade que estão por trás mesmo do interesse científico na cidade, e portanto carregada de um “ethos”, uma ética das práticas sociais positivas, algo que se aproxima da definição de senso comum do dicionário, que o Romulo trazia (mas nada comum para as pessoas – não-acadêmicos não fazem uso do termo). Imagino que a tua pesquisa das condições da urbanidade também tenha esse fascínio como motivação – o que torna uma cidade ou área uma área com as intensidades ou vitalidade. Essa qualidade plena do urbano não é só encontrada em locais de grande aglomeração ou grandes cidades – ela pode estar em cidades de menor porte, é encontrada sobretudo em seus centros – ela está em áreas de Bath e está em Caxias do Sul. O fenômeno ou as qualidades do fenômeno que o conceito endereça também encontrou outros nomes na literatura urbana. Parecem estar mesmo pela economia urbana, como as “economias Jacobs” (produzidas pela diversidade de atividades concentradas) e as economias Marshallianas (de escala).

‘ não me apressaria a vincular ‘urbanidade’ com um conceito tão espacialmente auto-confinado, e ao mesmo tempo tão indefinido, quanto o de “lugar” – o conceito de ‘urbanidade’ me parece simplesmente maior, parece não caber no ‘lugar’; a qualidade (bem como o conceito) de urbanidade parece extrapolar as bordas – identificáveis ou não – do lugar, e ‘vir de todos os lados’ do lugar: ainda que seja perceptível em lugares, não poderia ser produto do lugar como “fenômeno” ou evento espacial’.

DOUGLAS: ou poderia? Como quer o Lineu com os seus *lugares clonados*? Que dizer disso Paulo?

PAULO: Quando falamos em bordos de um lugar, quem os define? Os arquitetos? A morfologia ou a sintaxe? Será que os usuários que conferem vitalidade a um lugar trabalham com os mesmos argumentos e elementos de análise que nós arquitetos? E mesmo entre nós, sejamos sintaqueiros, morfologistas ou adeptos da Pattern Language, será que existe um consenso? Difícil de acreditar. Por esta razão, acredito que nosso discurso é sempre Um relato de uma experiência que é compartilhada com os outros, e tanto pode vir a ser aceita como rejeitada. .

‘esse desdobramento em direção a essência e as qualidades superiores do urbano, da cidade, do que a torna viva, sejam quais forem seus tipos de vida; um conceito que nos captura por dizer mais coisas que se conseguiria em um recorte em particular, porque se refere a coisas demais, muitas delas indizíveis, ou que espirram para além dos recortes através dos quais somos treinados a ver a própria cidade – e são assim imediatamente excluídas também substantivamente’.

DOUGLAS: esse ‘qualidades superiores’ e especialmente o ‘superiores’ não me parece que encaixa com as demais partes do conceito, será que é isso? O que quer dizer isso, “superiores”? City Beautiful. A urbanidade não teria que ser incluída daquilo que não é tão ‘superior’? ou entendi mal? Afí tu deste a real; ‘coisas demais, muitas delas indizíveis’

PAULO: Existem qualidades superiores e inferiores do urbano? Com relação a que exatamente?

VINICIUS: Nada de City Beautiful ou de ideais normativos para os quais escorregamos tão rapidamente. Falei acima da idéia de urbanidade como estado de intensidade e qualidade urbana, e da nossa inclinação um tanto inevitável à busca dessas qualidades desejáveis (a idéia de “urbanidade” como um fim de nossas cidades), mas sem cair em modelos.

‘(urbanidade) inclui o que evanesce no espaço: urbanidade tem a ver com espaços de trocas sociais ricas, densas, pouco importa o tipo – mas não deve, pelo que ela nos inspira a capturar, incluir práticas da degradação do humano’

DOUGLAS: mas os que mais usufruem das benesses do urbano construído como espaço público são justamente os degradados humanos. *No urbanity can embrace them?* Eu diria, bem pelo contrário que a urbanidade tem papel tão especial pra esses, quanto as mesinhas na rua na Padre Chagas (em Porto Alegre) para outros.

PAULO: Penso que a única forma sensata de definir urbanidade seja por meio do uso. É o uso, ou seja, a interação ou as relações entre humanos e não-humanos, ou entre humanos e ambiente (construído ou natural). A qualidade está no uso, e não no ambiente,

embora ele tenha influência no processo. Em um livro de Fritjof Capra (*Sabedoria Incomum*), tem uma bela metáfora que se aplica perfeitamente nesta discussão: explique a doçura do açúcar. Ela é uma qualidade do açúcar, ou do palato? Segundo o pensador (acho que Fischer), a doçura do açúcar só pode ser sentida e explicada no momento em que o açúcar interage com o palato. E esta explicação simples e poética se aplica no parágrafo seguinte.

VINICIUS: Não acho que devemos nos restringir ao espaço público – se o termo se refere à cidade, à uma condição ou estado da cidade, ele deve incluir o espaço edificado e espaços não públicos. Urbanidade também não deve incluir uma prescrição de comportamento ou o modelo de uma classe, não foi isso que quis dizer ao falar em valores superiores ou a um ethos urbano. Se entendermos urbanidade como qualidade de intensidade urbana (que inclui a prática e a reprodução social) como algo desejável, temos que admitir que o “desejável” envolve um ethos – práticas não degradadas ou que não degradem o humano. Esse é um ponto-chave a discutir no conceito de “urbanidade”.

‘urbanidade inclui as condições pra que haja intensidade da presença humana e de suas interações, das nossas ancoragens no espaço (das ancoragens menos às mais voláteis – dos nossos afetos por certos espaços à nossa ação eventual no espaço) – uma intensidade de ligações com o espaço da cidade, visíveis: a presença humana que endereça espaços, esquinas, botecos, lojas, como modo de ligar sua prática a de outras pessoas. Espaços de urbanidade são espaços de conexões, referencialidades entre práticas e esses lugares, de intensidade de convergências’.

DOUGLAS: o que seria isso? As interações? Ou a co-presença? A percepção da *virtual community*, como sugere o Bill, já é interação.

VINICIUS: Uma das coisas que falei que poderiam gerar questionamento foi sobre a pesquisa das *condições espaciais da urbanidade* e a utilidade de termos um conceito aberto e difuso – e que deveria *permanecer* aberto e difuso. Intenções de descrever urbanidade vão enfrentar um problema de definição naturalmente difícil, por tocar nesses três planos que mencionei acima (o da condição urbana per se [onde qualquer aspecto pertence a uma urbanidade], o de um estado de intensidade urbana, e o de um estado desejável ou um devir urbano). Mas quero me posicionar com mais clareza quanto a isso: *podemos sim abrir o conceito*, como estou tentando. Essa qualidade de abrangência (e problema de precisão) que o conceito tem não invalida a intenção de entender suas condições materiais – que parecem relacionar uma intensidade social de apropriação e interação no espaço a uma intensidade espacial, como certos graus de densidade, formas de implantação dos edifícios, de atividades de seus térreos, de permeabilidade/interface entre arquitetura e rua, de amarração entre essas constituições e o entorno (o sistema de espaços e a acessibilidade *global* [temos que retomar o termo ao invés de abandoná-lo]), dos modos como esses espaços convergem pessoas (o corpos) como condições para a interação e comunicação. Importante entender que a idéia de urbanidade deve ser relacionada com essa intensidade de práticas sociais que produzem uma sociedade urbana localizada – esses espaços e esses elementos são o modo para a emergência e estruturação das práticas e sistemas de práticas no coração do “social”. Evidentemente, não há uma fórmula, mas *condições espaciais* para aquilo que chamas “condensador social” e que chamo “compressão das relações e interações sociais”. Essa compressão de relações, essa densidade comunicativa é o que emerge dessas espacialidades, e não está na espacialidade rural – espaços não-urbanos não podem gerar essa compressão, que é fundamentalmente comunicativa; comunicação é o modo de coordenar ações sociais e produzirmos sociedade. O estudo das condições e *implicações da urbanidade*, do que ela é, deve incluir centralmente a dimensão da reprodução social, fenômeno fundamentalmente de comunicação como “conexão entre práticas”. Arquitetos e urbanistas, mesmo pesquisadores, não costumam ter contato sistemático com o ferramental necessário para entender o que a cidade implica em termos de reprodução social, mas a ligação é evidente. Caímos rapidamente, de novo, em paradigmas um tanto macroscópicos, como a abordagem marxista das classes (e espaços e segregações); mesmo a abordagem Durkheimiana do Hillier (solidariedades) não encontra *nenhum* desdobramento na compreensão da relação entre espaço e prática (fica limitada nas relações de co-presença e interfaces entre categorias sociais, o que sequer seguiu em evidência na própria comunidade sintática, que hoje se resume ao uso de um método – e, no melhor dos casos, pesquisa da cognição). Temos que usar Weber, Habermas e Luhmann pra entender essas relações. Geógrafos tem usado outros autores, como De Certeau e mais recentemente, Latour.

'as condições morfológicas e as de ocupação desses espaços que venham a alimentar essa intensidade de ligações entre pessoas e espaço e entre pessoas através do espaço – essas devem ser as condições materiais da 'urbanidade'.

DOUGLAS: o que seriam 'ligações'? (entre pessoas? E entre pessoa e espaço?)

VINICIUS: Eu devia ter esclarecido isso. Relações entre pessoas e espaços mediadas tanto pelo corpo (sobre o qual influi a sintaxe ou a estrutura física, moldando o movimento do corpo a partir de visibilidades, menores caminhos e operações cognitivas básicas, de navegação) quanto pelo reconhecimento dos conteúdos do espaço urbano (cognição semântica, leitura dos significados; esses significados, depois de Wittgenstein, são tidos como construções da própria prática, mas podemos adicionar aspectos semióticos de informação visual). As ligações ou "relações" entre pessoas são aquelas efetivadas por interação ou comunicação, mediada pelo corpo e pela língua.

'certamente pouco importa estilos ou épocas em que esses tecidos sejam produzidos ou a própria idéia de (e experiência) 'estética' – é uma questão, como sempre, de configuração – que também vai além da qualidade topológica das ruas acessíveis ou integradas, infra-estrutural para o movimento e suas implicações. A arquitetura é parte ativa, como abrigo dessas práticas urbanas e das conexões e referencialidades (cognitivas, simbólicas) entre as práticas, que estruturam nossa experiência, nossa vida social – e nossa experiência e vida urbana.

DOUGLAS: Ou de configurações, que vão ser superpondo ao longo do tempo. As permanências, no sentido Rossi, têm curiosamente muita urbanidade, são lugares gentis com todos, inclusive com os mais pobres. O caso da Miguel Couto, em seu encontro com a Avenida Presidente Vargas, é emblemático (falaremos disso em outro momento).

PAULO: Novamente o exemplo da doçura do açúcar explica meu ponto de vista. Não acredito que a questão possa ser resumida em uma simples questão de configuração, embora ela seja um elemento importante nas relações/interações que tornam a urbanidade significativa.

VINICIUS: Não estou afirmando a exclusividade da espacialidade ou da configuração espacial, amplo senso. Mas nosso papel como pesquisadores é entender a interpenetração entre espaço e o social, mediadas pela experiência. Acabamos ignorando toda a dimensão da emergência do social em nome (de uma redução) do experiencial.

'não há espaço para a experiência da paisagem ou do tremendamente aberto (digamos, da lagoa Rodrigo de Freitas, ou do mar, ou do rio guaíba)'

DOUGLAS: tu não imaginas (ou imaginas) o que é de impressionante o pão de açúcar, visto no ponto de fuga da Avenida Marechal Câmara; um assombro, algo inusitado, muito arquitetônico, por ser estar longe, e sendo gigantesco, parece oferecer um fechamento ao sul para aquela larga avenida. Mas concordo com a tua tese da qualidade do *artificial, da artificialidade intensa*, o pão de açúcar entrou muito contextualizado. Já o aterro é um desastre do ponto de vista da urbanidade

VINICIUS: Sim, um modo menos ambíguo de definir urbanidade pode passar pelo que diferencia cidades das espacialidades produzidas por sociedades não-urbanas.

PAULO: Discordo inteiramente. Basta observar a vida que nele acontece especialmente nos finais de semana. Acho que tem muito pré-conceito nesta observação! Ele se enquadra perfeitamente no conceito de lugares de clonagem de Lineu, mas tem muita urbanidade. A quantidade de eventos que nele acontece é enorme e variada. Isto não é exatamente o significado de "urbanidade"?

VINICIUS: Falava de espaços não-urbanos. Usei um exemplo pouco adequado – mas na minha experiência da Lagoa, não havia pessoas, havia pouquíssima apropriação. Sem pessoas, sem urbanidade, certo? Mas imagino que ela deve ser sim muito usada em períodos.

DOUGLAS: penso também que a evolução desse assunto passa também um pouco pela aventura empírica, como intitula o Rômulo.

PAULO: Bem, minha (pouca) inspiração se extinguiu, mas gostaria de finalizar esclarecendo que não tenho interesse em participar ou contribuir para uma discussão dissociada do contexto e das emoções humanas. Lembro uma frase que me acompanha há anos, de Gregory Bateson: "Em minha vida, coloquei as descrições de pedras, paus e bolas numa caixa... e as deixei ali. Na outra caixa coloquei coisas vivas: caranguejos, pessoas, problemas sobre o belo."

ROMULO: Partindo da idéia do Vinicius, de que urbanidade seria 'a mãe de todas as qualidades urbanas', a questão seguinte seria a de como produzir uma *picture* disso, quer dizer, como identificar evidências de sua presença em situações empíricas; haveria à primeira vista pelo menos três formas alternativas: a) urbanidade como uma soma algébrica de atributos. Nesta situação todos os atributos contam, embora com magnitudes (pesos) e sinais (positivos, negativos) diferenciados; b) hierarquia de atributos. Este seria o caso em que a presença de alguns atributos, considerados mais importantes, seriam decisivos para fazer a caracterização empírica; c) hierarquia de atributos com limiares, caso em que haveria um *threshold* a considerar. O problema disso parece ser levar à consideração da urbanidade como uma categoria platônica, ideal, presidindo as diversas realidades, que verificariam apenas parte desse ideal a cada momento em cada lugar, questionável, visto que urbanidades diferenciadas poderiam ocorrer em culturas diferentes, com valores comparáveis.

Urbanidade, alternativamente, poderia ser uma qualidade implicada, uma resultante da interação entre cidade e seus usuários, cada um portando suas circunstâncias respectivas (históricas, geográficas, econômicas...), o que permitiria a suposição de urbanidade evolutiva (a história da vida pública, do Sennett poderia ser uma descrição de um pedaço dessa evolução). Uma vez mais, como produzir evidências disso? Dois caminhos: lógica indutiva (muitos casos empíricos comparados) ou dedutiva (hipótese a respeito de como essa interação se dá), mais um terceiro (simulação). O primeiro caso é uma procura meio às cegas, certo, partindo de conceitos mais ou menos intuitivos do que seriam situações plenas de urbanidade, como quer o Paulo, ou o contrário, descrevendo-as pelos mesmos meios e tentando identificar semelhanças e contrastes. O segundo envolve tomar o risco de formular (a partir de quê... *insights*) uma hipótese constitutiva da urbanidade para, em seguida, verificar em alguns casos empíricos, sua validade. A chave dessa interação entre cidade e seus usuários tem dois componentes fundamentais, ou 3, conforme a amplitude do conceito: componente 1: interação entre usuários > é um campo mais sociológico, aparentemente menos relevante aqui, mas que pode se tornar importante se pensarmos que essa interação é propiciada, *afforded* pela cidade, é uma qualidade indireta; componente 2: interação entre usuário e cidade > que está no foco. O terceiro seria interação entre diferentes partes da cidade, *long shot*, mas ainda admissível.

No primeiro caso, interação entre usuários, haveria uma *affordance* óbvia, a co-presença (não haveria interação entre pessoas sem pessoas), mas com desdobramentos desconhecidos >>> a quantidade de pessoas não é um indicador seguro de urbanidade, a combinação de 'locals' e 'no locals' igualmente não é reveladora de urbanidade por si só, ou seja, a sintaxe aporta pouco sobre o fenômeno. Talvez as propriedades sintáticas possam indicar um gradiente (inversamente) proporcional (mais interação nas vizinhanças locais, menos nos lugares saturados de gente), ou um intervalo de exclusão (mais interação de um tipo nas zonas segregadas, mais interação de outro tipo nas multidões). Mas parece claro que integração não significa interação, neste caso, ou seja, não dá para tomar uma pela outra, pois a interação pode ocorrer tanto em situações espacialmente favoráveis (caso em que o espaço ajudaria) quanto desfavoráveis (caso em que a interação seria uma resposta a ameaças espaciais, como desorientação, perigo iminente, desconforto, oportunismo, auto-interesse, etc). Pensando melhor, parece até que as situações de "déficit" de cidade sejam mais efetivas na promoção da interação entre as pessoas do que o contrário... interação como forma de proteção contra a falta de cidade. O que está faltando aí>>> um melhor entendimento sobre a natureza das interações entre pessoas no meio urbano.

No segundo caso, interação entre pessoas e cidade, parece ser o campo da semântica espacial, certo, o campo da produção e veiculação de informação através do espaço urbano. Inteligibilidade bla bla bla, o que é insuficiente para denotar *interação*. O que seria indicativo de real interação entre usuário e cidade, para além daquelas agressões que definiriam o limiar de urbanidade, como pixar, depredar, mijar na rua, etc., ou seja, de novo, quais seriam as evidências positivas de interação entre usuário e cidade? Manifestações de apreço à cidade FORA das circunstâncias que as tornam obrigatórias, ou automáticas? Dependência à cidade, como no caso dos homeless? Estamos procurando por coisas fora do padrão, excepcionalidades, as coisas mais interessantes, ou seja, as que acontecem antes ou depois do estabelecimento do padrão (as duas pontas da curva logística)? Ainda teria que ser determinado a que aspectos do espaço essas interações estariam associadas, ou seja, a ponta urbana da tensão entre cidade e usuário. Então, neste componente, há que a) determinar a natureza da interação, b) identificar a âncora espacial e c) inferir o tipo de associação com o usuário. *Tough stuff*. Como é que os cientistas tornam visível alguma coisa invisível, evanescente? Ainda há outro aspecto a ser considerado: seria a urbanidade algo sistêmico, quer dizer, uma propriedade do todo, depositada em cada uma de suas partes? Dizer sim significaria admitir que a urbanidade verificada no centro, por exemplo, seria consequência do que ocorre na borda, ou seja, urbanidade verificada em um ponto dependente, de alguma forma, dos demais pontos... Me parece que no plano espacial, isso deveria ser limitado, quer dizer, urbanidade parece coisa não do todo, mas também não local, de cada cm² do território urbano, e sim de regiões. Por outro lado, a dimensão sistêmica da urbanidade pode estar mais bem ancorada no tempo que no espaço, ou seja, no processo de formação das áreas urbanas e consolidação dos protocolos da sua respectiva prática. Mais ou menos como considerar que um carioca qualquer desenvolveria diferentes padrões de urbanidade conforme estivesse usando diferentes partes da cidade, ao mesmo tempo em que quaisquer cariocas do presente e do passado, desenvolveriam práticas de urbanidade semelhantes quando em Copacabana. Certamente se pode verificar diferentes protocolos de interação social no espaço em diferentes partes de uma mesma cidade, o que não nos dá o direito de supor que isso seja decorrente da forma, ou da configuração espacial apenas, nem nos dá chão para dizer que este padrão de interação seja intrinsecamente melhor ou pior do que outro qualquer (por exemplo Rocinha, Barra e Ipanema, ou os exemplos pontuais do Douglas).

No eventual terceiro caso estaríamos no campo da pattern language, se nosso ponto de vista for prescritivo, ou da auto-organização, se ele for evolutivo. A conclusão que tiro disso tudo é que as relações entre usuários e cidade, bem como entre usuários na cidade, são: a) elusivas, b) cambiantes, c) passíveis de interpretação diferenciada conforme o lugar, o tempo, o usuário e o analista, o que torna a urbanidade a) elusiva, b) cambiante, c) passível de interpretação diferenciada conforme o lugar, o tempo, o usuário e o analista. Como avançar? Imagino um procedimento baseado em três coisas: 1. *uma descrição adequada do espaço urbano (já vou dizer o que entendo por adequada)*, 2. *enunciados exógenos que sintetizem protocolos de urbanidade aceitáveis para cada lugar*, e 3. *Calibração, ou ajuste da descrição, com base nos protocolos, visando melhor representar a realidade empírica*. Por descrição adequada entendo aquela que reúne de forma sistêmica características particulares do espaço urbano, num array modulável, ou seja, vários atributos combinados numa mesma descrição, cada um deles submetido a um parâmetro de ajuste que permite desde sua completa anulação, até o registro de qualquer valor quantitativo e qualitativo possível. Por enunciado exógeno entendo a formulação, independente da descrição acima referida, de escala de valores de urbanidade. Isso seria obtido através de aplicação de critérios fenomenológicos, éticos, práticos, sociais, políticos, o que queiram, no caminho sugerido por Vinicius, Paulo e, de tempos em tempos, pelo Douglas. Esses enunciados é que dirão, *para cada lugar*, o que é e como se verifica a urbanidade. A tal calibração é simplesmente o ajuste do modelo descritivo para melhor captar, *para todo o sistema*, a melhor combinação e valoração de atributos espaciais para representar esses valores de urbanidade.

LUCAS FIGUEIREDO: Foi difícil apreender toda a conversa de uma só vez, portanto perdi muitas nuances importantes, mas vou me arriscar em fazer alguns comentários mesmo assim sobre alguns pontos restritos da conversa.

1.Urbanidade. Outro dia andei lendo um Review do Cuthbert sobre os últimos 50 anos de teoria sobre desenho urbano: <http://www.palgrave-journals.com/udi/journal/v12/n4/full/9000200a.html> Depois que li, fiquei com a impressão de que as únicas

teorias de desenho urbano consistentes com as quais tinha me deparado eram o artigo de Bill (1989) *The architecture of the urban object* e, de forma muito mais elaborada, o livro de Fred (2002) *O espaço de exceção*. O motivo dessa impressão era bem simples, tinha desenho nesses dois textos, ou seja, na linguagem de Bill, existiam especulações sobre as "leis" do espaço para a sociedade e vice-versa. A palavra "desenho" é importante porque muito dessa discussão sobre urbanidade vem de Jane Jacobs. Jacobs era jornalista e uma característica dos jornalistas é escrever bem sobre coisas das quais não entendem absolutamente nada. Se abres o "morte e vida de grandes cidades" e só encontras 3 desenhos toscos sobre tamanhos de quarteirões. O resto, fica por conta da imaginação do leitor. O que diabos é então um espaço "urbano" (no sentido de urbanidade)?

2. Urbanidade e Configuração. Pra responder essa questão, esqueça a relação entre configuração e urbanidade. Uma das críticas que fiz às teorias subsequentes (movimento natural e cidades como economias de movimento) do Bill Hillier na minha tese foi bem simples: elas não tinham validade universal já que a lógica social do espaço abria possibilidade para relações distintas entre sociedade e espaço. Ou seja, cada sociedade poderia produzir e apropriar-se do espaço de maneira distinta, bem como o espaço poderia ter efeitos distintos sobre cada sociedade. Leslie Martin (*Architect's approach to architecture / The grid as a generator*) já apontava que o argumento de Jacobs sobre cidades planejadas (que ele assumiu como "grades") não tinha validade, pois uma grade como Manhattan (ou Cidade do México) poderia ser tão viva ou vibrante quanto um centro histórico europeu. A "Londonização" (como diz Fred) do conceito de configuração vem do fato de que os modelos ultrapassados (mapa axial + correlação com movimento) não funcionavam vários tipos de cidade, em particular aquelas em forma de grade. Não tem cabimento. Grades ou cidades planejadas podem ser tão vivas ou vibrantes como centros ditos tradicionais. Na outra ponta, dentre cento e tantas cidades que estudei, Veneza despontou como a mais complicada de navegar (e cheia de áreas segregadas) entre todas (em relação ao seu tamanho). E não consigo pensar em cidade mais "urbana" do que Veneza. Mesmo as áreas mais remotas abrigavam pessoas na rua, sentadas ou conversando. Andei à noite por Veneza (até as duas da manhã), e também não achei "esquisito". Peponis (1989) tem uma ótima passagem quando fala que ambientes legitimamente urbanos são aqueles em que se pode conhecer, mesmo que não necessariamente interagir com, outros modos de vida.

3. Urbanidade é resultado da escala. Ou seja, esse "potencial", ou comunidade virtual, na linguagem de Bill, não se realiza sem escala, a escala do pedestre, a cidade do pedestre. Não adiante ser integrado e ser projetado para veículos. Eu poderia escrever um longo texto sobre como e em que condições mapas axiais capturam escala, mesmo sendo topológicos, mas basta dizer que o quando é restrito, o que limitou resultou na tal "Londonização". Só há encontro, co-presença, e possível interação na escala do pedestre. Neste contexto, escala e tipos de interface público privados me parecem muito mais importantes do que integração. O espaço "urbano" (na visão de Fred, Peponis e cia) me parece ser o espaço do pedestre, sem controles artificiais, de preferência bem servido por transporte público (que despeja milhares de pedestres em áreas autocontidas – daí o sucesso de muitas áreas européias).

4. Urbanidade, pra quem? Por outro lado, isso cai em um juízo de valor mais do que batido. Olhando a conversa de vocês, bem como a maior parte dos textos de teoria urbana, eu fico com a impressão que todos desejamos replicar o tal centro urbano Europeu, bem servido de transporte público, com prédios maravilhosos (históricos ou contemporâneos), cheio de gente bonita, educada, perambulando ou tomando um café. Edja Trigueiro, que mora num bairro nobre, conta uma estória de uma empregada que ficou de ajudar numa festa familiar na condição de que Edja a deixasse em casa por que de Noite era muito "esquisito" voltar pra casa. Pois bem, a noite lá foi Edja e o marido deixar a tal mulher numa favela, supostamente perigosa. Perto do local, ao avistar alguns amigos na rua, a mulher falou que podia saltar ali mesmo. E Edja pergunta, "mulher você não disse que era esquisito? Eu lhe deixo na porta de casa." "Não dona Edja, esquisito é onde a senhora mora" (um bairro nobre, mas sem "urbanidade"). Pois bem, fazendo coro com Douglas, e a urbanidade das favelas? Por que não quer economizar uns trocados e se mudar pra Rocinha, onde a tal urbanidade também existe?

5. "Desurbano" por opção. E cá estamos nós arquitetos e teóricos, remando na contramão de nossa sociedade brasileira. Espaços "não-urbanos" têm diversas qualidades, dentre elas a de filtrar, separar, segregar porções inteiras da população. No Brasil, esse

processo acontece faz tempo (conjuntos habitacionais, expansão do transporte público – Ler Caldeira – *Cidade de Muros*) e para cada conquista dos excluídos, há uma reação (mais automóveis, shoppings, muros, condomínios fechados, prédios altos, etc.) Daí eu fecho meu comentário perguntando, para quem ou para quê projetar / materializar a tal urbanidade se os potenciais usuários de tais espaços não querem "conhecer, mesmo que não interagir, outros modos de vida"? Melhor, pra quê projetar um espaço que não têm lógica social?

JULIO: [...] lembrei que o Sérgio Magalhães (PROURB-FAU/UFRJ) costuma usar "Urbanidade" para repisar mais ou menos essas mesmas idéias. Das quais, se não me engano na leitura do e-mail, nosso "Mindwalk master" parece já estar um pouco cansado...

LUCAS: [...]. Tem um livro da Nesbit, sobre teoria pós-moderna, que é a maior coletânea de besteiras que já li na vida. Porém tem um texto sobre "marxismo" ou algo do tipo, que aponta o seguinte: não dá pra fazer revolução urbana sem mudar a sociedade antes [...] Nossas cidades não são desastres não, são bem adaptadas e eficientes para abrigar um modo de vida específico, que *exclui todos os outros*. O aprendizado vai ser grande pra poder evoluir e ser menos excludente. Tenho confiança que esta interação entre técnicos brasileiros e europeus, por conta de Copa e Olimpíada, vai melhorar o nível técnico e intelectual do pessoal por aqui (inclusive políticos e afins) pelo menos para fazê-los compreender que há alternativas viáveis ao nosso modelo de cidades.

ROMULO ON LUCAS + LUCAS ON ROMULO

< LUCAS "1. Urbanidade. [...] Depois que li, fiquei com a impressão de que as únicas teorias de desenho urbano consistentes com as quais tinha me deparado eram o artigo de Bill (1989) *The architecture of the urban object e, de forma muito mais elaborada, o livro de Fred (2002) O espaço de exceção.*"

ROMULO: [...] Esse tal de Bill não seria aquela 13ª pessoa presente na última ceia? Ou estou enganado, era aquele que ensinou Jesus a andar sobre as águas e escreveu o 11º mandamento? Eu suponho que em 50 anos se possa incluir o Saverio Muratori e todos os seus discípulos, italianos e franceses, como Aldo Rossi, Carlo Aymonino, Jean Castex, Philippe Panerai, Cataldi, Caniggia, Maffei, Veyreche, Depaule. Também cabe Collin Rowe, Fred Koetter, Chris Alexander & Nicos something, Kevin Lynch, Lionel March, Leslie Martin, pra não falar no Gordon Cullen, no Stanford Anderson, para ficar nos nomes mais conhecidos.

LUCAS: Rômulo, Ótimos comentários, bem precisos. Não discordo de muita coisa, só houve alguma falha de terminologia aqui e ali, deixa eu me explicar: [Quanto à Hillier] Esse mesmo! [...]. Aliás, o artigo do Cuthberth que recomendei cita quase todos os que você menciona, critica bastante o Bill Hillier (que, segundo ele é um plagiador que vê as pessoas como autômatos), mas reconhece que seu trabalho é pouco citado e subestimado. Depois do Mike Batty, eu devo ser a segunda pessoa que mais critica o Hillier, nem por isso deixo de reconhecer as qualidades do trabalho dele...

"2. Urbanidade e Configuração. Pra responder essa questão, esqueça a relação entre configuração e urbanidade. Uma das críticas [...] ao Bill Hillier na minha tese foi bem simples: elas não tinham validade universal já que a lógica social do espaço abria possibilidade para relações distintas entre sociedade e espaço."

ROMULO: ou seja, não haveria lógica social, mas sim física (um mínimo de constrangimentos impostos pelo espaço que criam padrões de uso).

LUCAS: Não concordo, é lógica social mesmo. Fred mostra muito isso, espaços que têm potencial que não se realiza. As pessoas se apropriam do / movem pelo espaço de forma diferente, é uma relação cultura-comportamento. Voltando a Maturana e Varela, é o ser cognitivo que *determina* a reação. Se eu chuto um cachorro, ele corre, late ou morde. Quem determina a reação é o sistema / estrutura interno do ente cognitivo – sua deriva, história anterior acumulada através de gerações e sua própria existência. Essa reação só se reduz à física se o chute for tão forte que mate qualquer cachorro.

"Ou seja, cada sociedade poderia produzir e apropriar-se do espaço de maneira distinta, bem como o espaço poderia ter efeitos distintos sobre cada sociedade."

ROMULO: Isto serviria para explicar as tabas; nas sociedades mais civilizadas seria mais provável encontrar o contrário, ou seja, uma crescente independência entre comportamento social e constrangimento espacial, e um maior domínio sobre o espaço. Apenas sociedades regidas por crenças extremamente dominantes, como as religiosas, as mágicas, as totalitárias, vão mostrar correspondências biunívocas entre comportamento e espaço.

LUCAS: Olhe, o Peponis (1989) me convenceu que essa estória de sociedade a-espacial é bobagem, ele derrubou fácil os argumentos de Jameson, Banham e Venturi (esse qualquer um derruba), mostrando que toda estratégia dita "a-espacial" (nessa literatura) é na verdade uma estratégia espacial, via de regra uma estratégia de segregação (não-urbana, por sinal). Pode ser que eu esteja enganado, mas procure uma foto dos armazéns da Amazon ou dos clusters de computadores do Google, que você vai me entender. Não existe isso de independência do espaço. Lógico que dinheiro (como diria Harvey o capitalismo controla o tempo e espaço) e infra-estrutura / meios de transporte relativizam muito isso, mas não se escapa do espaço. Peça algo pela Internet e um babaca de moto vai lhe entregar em casa. Mesmo as conversas virtuais um dia se materializam. Não conheço o Vinicius pessoalmente, mas um dia hei de tomar uma cervinha com ele em Copacabana! Aliás, você está convidado também.

"Leslie Martin (Architect's approach to architecture / The grid as a generator) já apontava que o argumento de Jacobs sobre cidades planejadas (que ele assumiu como "grades") não tinha validade, pois uma grade como Manhattan (ou Cidade do México) poderia ser tão viva ou vibrante quanto um centro histórico europeu."

ROMULO: Não creio que seja isso; jjacobs combatia os "projects", grandes conjuntos habitacionais, que nada tinham em comum com grelhas; quem estendeu essa crítica às cidades planejadas foram os maus tradutores; afinal de contas, o modelo da jj era manhatan, o village, isn't...

LUCAS: Você tem razão. Mas não foi tradução não, o Martin faz essa crítica, mesmo que rapidamente. Também acho que está mal colocado, por isso coloquei "grades" entre aspas. Vai ver o Martin levou em conta os 3 desenhos toscos do livro (que são grades, por sinal).

"A "Londonização" (como diz Fred) do conceito de configuração vem do fato de que os modelos ultrapassados (mapa axial + correlação com movimento) não funcionavam vários tipos de cidade, em particular aquelas em forma de grade. Não tem cabimento. Grades ou cidades planejadas podem ser tão vivas ou vibrantes como centros ditos tradicionais."

ROMULO: Acho que não se trata de londonização da configuração e sim dos enunciados da SS. O que certamente há é uma relação estreita entre uma cidade, Londres, tomada como modelo, e um enunciado teórico, SS, semelhante a muitos outros casos, com Chicago (Burgess), L.A. (Soja), etc., ou seja, teorias feitas para explicar uma cidade. SS está para London dos anos 80 assim como ecologia urbana está para Chicago dos anos 20, como a geografia posmoderna está para L.A. dos 90. Aliás, o mapa axial só faz algum sentido em London mesmo (ou, concedo, Veneza).

LUCAS: Verdade, não tinha pensado assim. Eita povo bairrista!

"3. Urbanidade é resultado da escala. Ou seja, esse "potencial", ou comunidade virtual, na linguagem de Bill, não se realiza sem escala, a escala do pedestre, a cidade do pedestre. Não adiante ser integrado e ser projetado para veículos."

ROMULO: Este é um enunciado teórico com pouca sustentação empírica, haja vista a praça do não sei o que celestial, a avenida atlântica, a avenida presidente vargas, os imensos hubs de transporte das grandes cidades, os estádios de futebol, todos explodindo de urbanidades.

LUCAS: Só quando as duas cidades (do pedestre e do veículo) se sobrepõem o que diz que é projetada para ambos ou ao menos se adapta a ambas cidades. Mas o equilíbrio é difícil, geralmente cedo ou tarde o pedestre sai perdendo. Uma avenida um pouco mais larga, uma faixa de pedestre mal colocada, um sinal de vários tempos que esquece o pedestre, e por aí vai... Qualquer besteira dessas e pronto, o que era via integrada com potencial para urbanidade vira barreira urbana! Isso acontece dia e noite (thanks to our friends from transport planning). A existência de passarelas é sintomático – mais vale o sujeito trafegando a 30-60km/h num ar-condicionado (já disse, aqui é quente) não ser interrompido por poucos segundos, do que outro andando a pé, no sol, a 4-6km/h tendo que desviar, fazer esforço e perder quase 10 minutos pra atravessar uma passarela. Via onde veículos tem prioridade absoluta = barreira urbana. Aliás, seu amigo Bill é o primeiro a defender a sobreposição das duas redes de veículos e de pedestres (por que só anda de carro em Londres, mesmo com congestion charge). Eu não, o dono do carro que se f... e estacione num prédio garagem caríssimo na borda das áreas de "urbanidade". Pra ter urbanidade, tem que ter pelo menos calçada pro pobre pedestre (e não brinque, nem toda cidade tem... aqui no Nordeste o descaso é sério).

"Eu poderia escrever um longo texto sobre como e em que condições mapas axiais capturam escala, mesmo sendo topológicos, mas basta dizer que o quando é restrito, o que limitou resultou na tal "Londonização".

ROMULO: Na verdade tudo o que os mapas axiais capturam é escala (pelo menos em uma dimensão), visto que são geográficos. O que contém topologia são os grafos derivados deles.

LUCAS: Isso. Mas na verdade eu quis dizer distâncias físicas. Em pequenos mapas, como aqueles dos anos 80, há certa sobreposição entre mais mudanças de direção, maior distância. Eu disse certa, não absoluta e irrestrita sobreposição. Daí o sucesso do modelo para movimento de pedestres, que depende muito de distâncias físicas curtas. Em mapas grandes ou em forma de grelha isso vai por terra, nos temos apenas o sistema hierárquico onde distância pode ou não corresponder a rotas mais fáceis (menos mudanças de direção). Daí a dificuldade da teoria em lugares onde as linhas axiais não são quebradas. *by the way*, meu modelo de continuidade tem um ponto de partida diferente, uma interpretação diferente do que são essas linhas e do que é um mapa geométrico-topológico e aparentemente funciona pra qualquer cidade. Só não garanto correlações com isso ou aquilo, nem que alguém possa andar sobre água com ele...

"Só há encontro, co-presença, e possível interação na escala do pedestre. Neste contexto, escala e tipos de interface público-privados me parecem muito mais importantes do que integração."

ROMULO: Acho que o Vinicius tem algo sobre segregação em movimento, na sua dissertação de mestrado, que confirma mas também contesta isto.

"4. Urbanidade, pra quem? [...] fazendo coro com Douglas, e a urbanidade das favelas? Por que não economizar uns trocados e se mudar pra Rocinha, onde a tal urbanidade também existe?"

ROMULO: Lá tem várias: a dos moradores, a dos traficantes, a da milícia, a do bope, a do afroreggae, uma diferente da outra, algumas possivelmente sincronizadas com o espaço, outras apesar dele. Procurar 'uma' relação entre espaço e diferentes manifestações de urbanidade me parece perda de tempo e de foco.

"5. "Desurbano" por opção [...]. Espaços "não-urbanos" tem diversas qualidades, dentre elas a de filtrar, separar, segregar porções inteiras da população. No Brasil, esse processo acontece faz tempo [...] e para cada conquista dos excluídos, há uma reação (mais automóveis, shoppings, muros, condomínios fechados, prédios altos, etc.)"

ROMULO: Concordo, mas devemos o enunciado à jjacobs. [...]. Não entendi [o uso de 'desurbano'].

LUCAS: O espaço é desurbano / anti-urbano justamente quando se quer (consciente ou inconscientemente) EVITAR a materialização da urbanidade. É estratégia espacial mesmo. É aí que entender as várias urbanidades se faz importante. Por que nossa sociedade investe em segregação? Eu digo que se abomina urbanidade no Brasil, ou pelo menos várias de suas versões... e

não vejo nada de errado nisso não, é um modo de vida como qualquer outro. Levará tempo para se construir alternativas menos excludentes, pois as pessoas terão que ceder...

"Daí eu fecho meu comentário perguntando, para quem ou para quem projetar / materializar a tal urbanidade se os potenciais usuários de tais espaços não querem "conhecer, mesmo que não interagir, outros modos de vida"?"

ROMULO: Este é o filé, o insight, muito bom. Entendo isto como uma visão des-patologizada do espaço urbano, uma visão que assume a cidade como fruto de um processo real, legítimo, sadio, precisamente como eu a vejo. Isso significaria, para os propósitos da pesquisa em questão, que urbanidade não seria uma *qualidade* (no sentido de ter um valor, positivo) mas um *atributo* com uma variedade enorme de fenotipos, que incluem as urbanidades dos traficantes consigo mesmos e com seus clientes, dos moradores, da polícia, dos motoristas (uau, uma urbanidade entre não pedestres), dos turistas, etc. Todas ocorrendo no espaço, em função dele, apesar dele, a favor, contra, como estratégia de afirmação social, ou de sobrevivência.

LUCAS: Exato!

"Melhor, pra quem projetar um espaço que não têm lógica social?"

ROMULO: Ora, primeiro porque não há certeza que nenhum deles tenha essa lógica, pelo menos é certo que não tem *uma* lógica social, mas várias, segundo porque uma vez feitos, quaisquer espaços rapidamente adquirem algumas das lógicas impostas pelos usuários, e terceiro porque nada garante que espaços projetados "com lógica social" realmente a tenham, uma vez materializados, e a mantenham ao longo do processo de transformação da cidade.

PAULO: Lucas, Douglas, colegas. [...] Concordo com seus argumentos apresentados hoje, mas tenho apenas um pequeno reparo: Seu texto dá a entender que você acha que somente os arquitetos têm o conhecimento e as habilidades necessárias para tratar da configuração do urbano. Se este entendimento está correto, me permita discordar pelas razões abaixo indicadas:

(1) Urbanidade, sendo um atributo das relações e interações que se produzem em um "coletivo" composto de humanos, não humanos (artefatos) e natureza, somente um olhar transdisciplinar será capaz de dar conta do problema;

(2) Se os arquitetos são os únicos capazes de desenhar suas idéias e configurações, outros profissionais também têm suas habilidades e conhecimentos específicos, tais como os psicólogos ambientais, geógrafos, planejadores urbanos, ecologistas, antropólogos, etc.

(3) Jane Jacobs tem um livro que, apesar de algumas inconsistências, como as que você aponta, se mantém como um clássico da resistência à dominação da concepção moderna do urbano, entendido como planejamento racional. Por seu conteúdo e por sua aceitação mundial, este é um livro repleto de urbanidade, não da urbanidade dos arquitetos, que em geral privilegiam a materialidade do ambiente, que também é apenas um dos componentes da complexa equação da urbanidade. Jane Jacobs fala da experiência de vida urbana, coisa que não é da competência dos arquitetos.

(4) Assim, por sugestão de minha parceira e amiga Rosa Pedro (Psicóloga que trabalha com as relações entre os humanos e as novas tecnologias) estou começando a ler os livros de Bruno Latour (*Jamais Fomos Modernos, Ciência em Ação e A Esperança de Pandora*). Acabo de comprar seu último livro, *Reassembling the Social*, e o que me encanta nele é seu entendimento de "coletivo" que pressupõe que não se pode falar de algo que é externo a nós, pois estamos imersos nele, e que nossas atividades estão repletas de "impurezas" não humanas. Para Latour, a separação entre humanos e não humanos foi uma estratégia da lógica moderna para eliminar todas as "impurezas" que contaminavam a humanidade.

(5) Se aplicado no contexto urbano, este entendimento implica em significativas mudanças qualitativas no entendimento do ambiente contruído, da urbanidade, etc.

(6) A impossibilidade de separação dos homens do ambiente também tem sido trabalhada com profundidade e riqueza por autores como Humberto Maturana (Ciência e vida cotidiana) – e por Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch (A mente incorporada).

(7) Segundo Maturana e Varela (*A árvore do Conhecimento*, 1995), a compreensão das relações homem-ambiente está diretamente relacionada com: (a) o reconhecimento de independência das variações sofridas pelos organismos e pelo meio, e que é no encontro das suas variações surgem processos de estabilização ou de diversificação fenotípica [Características dos indivíduos determinadas pelo seu genótipo e pelas condições ambientais] resultante do seu processo evolutivo; (b) a definição de evolução como sendo o modo como a coerência interna de um grupo de seres vivos compensa determinadas perturbações; (c) que, em lugar de 'captar informações' do meio, o sistema nervoso produz *um* mundo ao especificar quais configurações do meio são perturbações e que mudanças elas provocam no organismo; (d) que a suposição do aprendizado e da memória como "fenômenos de conduta que ocorrem quando se 'capta' ou se recebe algo do meio... implica supor que o sistema nervoso funcione com representações" (p.199) e obscurece o entendimento dos processos cognitivos. Eles também afirmam que a avaliação do conhecimento: "se dá sempre num contexto relacional, em que as mudanças estruturais que as perturbações desencadeiam no organismo parecem ao observador como um efeito sobre o meio. É em relação aos efeitos esperados que o observador avalia as mudanças estruturais desencadeadas no organismo. Desse ponto de vista, toda interação de um organismo, toda conduta observada, *pode* ser avaliada por um observador como um ato cognitivo. Da mesma maneira, o viver – a conservação ininterrupta do acoplamento estrutural como ser vivo – é conhecer no âmbito do existir. Aforisticamente, viver é conhecer (viver é ação efetiva no existir como ser vivo)." (p. 201) Neste processo de comunicação, Maturana e Varela entendem a linguagem como condição essencial para a experiência associada ao mental onde as palavras assumem nova dimensão: "as palavras ... são ações, e não coisas que passam de lá para cá." (p.251)

(8) Outra contribuição importante de Humberto Maturana é o que ele chama de "os caminhos da objetividade": para fugir da armadilha que nos impede distinguir a ilusão da percepção, sugere a existência dos dois caminhos explicativos – ou *caminhos da objetividade* – ou modos de nos relacionarmos com os outros (Maturana 2001; 2002). No *caminho da objetividade sem parêntesis* o observador escuta uma resposta explicativa quando espera ouvir uma referência a uma realidade independente dele próprio para aceitar a sua explicação. A existência acontece independentemente de conhecê-la ou não, e ela tanto pode implicar em uma referência a algo que independe das ações do observador e que se constitui, implicitamente ou explicitamente, no fundamento do critério de aceitação. Ao aceitar a explicação como algo que é externo e independente de sua observação e como "um apelo ao conhecimento equivale à uma petição de obediência" (Maturana 2002: 194), impede a ciência de ir adiante. "Quando o observador não se pergunta pela origem de suas habilidades cognitivas e as aceita como propriedades constitutivas suas, ele atua como se o que ele distingue preexistisse à sua distinção." (Maturana 2002: 45). No *caminho da objetividade entre parêntesis*, por sua vez, o observador aceita explicitamente que é um sistema vivo e que suas habilidades cognitivas são biológicas – o que impossibilita fazer qualquer afirmação sobre entidades que existem independentemente do que ele faz. Perde o sentido aceitar que estas entidades existem num domínio de realidade objetiva; o observador aceita sua incapacidade de distinguir, na experiência, a diferença entre percepção e ilusão e, também, que não dispõe de bases operacionais para fazer qualquer declaração ou afirmação sobre objetos, entidades ou relações, como se existissem independentemente do que ele faz; o observador constitui a existência com suas operações de distinções, através das quais, na sua práxis, é ele próprio a fonte de toda realidade. Operacionalmente ele é responsável por todos os domínios de realidade ou explicações, e aceitar esta condição significa, segundo Maturana, uma "passagem" para uma nova forma de conhecimento.

(9) Em a *Mente Incorporada* (2003) Varela, Thompson e Rosch criticam as visões predominantes na cognição, que supõe a existência de um “observador desincorporado” ou de uma “mente desterrada” e exploram as possibilidades de transitar entre duas idéias-chave: ampliar os horizontes das novas ciências da mente, de modo a incluir tanto a experiência de vida quanto as possibilidades de transformação inerentes a esta mesma experiência; e ampliar os horizontes da experiência cotidiana beneficiando-se dos *insights* e das análises elaborados pelas ciências da mente. Inspirados em Merleau-Ponty, afirmam que a cultura científica ocidental requer um novo olhar sobre nossos corpos capaz de vê-los tanto como estruturas físicas quanto como estruturas experienciais vividas, como algo que é ao mesmo tempo ‘externo’ e ‘interno’, biológico e fenomenológico. A seguir, indicam a impossibilidade de compreender este movimento sem investigar detalhadamente “a incorporação do conhecimento, da cognição e da experiência” em um duplo sentido onde o corpo seja entendido como “estrutura experiencial vivida” e como “contexto ou meio dos mecanismos cognitivos”. (Varela et al 2003: 14)

(10) Bruno Latour trabalha com a perspectiva do conhecimento como “rede de interfaces sóciotécnicas”. Nela, cada objeto ou evento é concebido como uma mistura ou “coletivo” de homens, coisas e técnicas cujo movimento “apaga” as fronteiras entre sujeito e objeto (Pedro, 1998); onde os fatos se tornam “objetivos” pela reapropriação local, em diferentes pontos ou conexões da rede, por diferentes atores (Pedro 2003). Mas a compreensão da complexa articulação dos mecanismos que regem as relações homem-ambiente (ou sociedade-natureza, ou humanos-não-humanos) implica superar os obstáculos que a separação entre natureza e cultura do acordo moderno sobre a necessidade de distinção entre ciência e sociedade, que separa humanos e não-humanos, sociedade e natureza. As dicotomias resultantes da lógica moderna e de suas categorizações de análise, não são suficientes para dar conta de uma Atualidade que nossa condição de atores e observadores nos impele a compreender. Como exemplo desta dificuldade, citamos as incompatibilidades entre desenvolvimento e conservação da natureza, entre renovação e preservação.

Para compreender o significado desta Atualidade é necessário entender a Modernidade e, sobretudo, o significado da transição Modernidade-Atualidade. Neste artigo a Modernidade é entendida como uma “atitude” caracterizada pela busca incessante da ordem ou estruturação (Bauman,1999), que envolve a operação conjunta de dois conjuntos de práticas distintas”: a “hibridação”, ou conjunto de práticas responsáveis pela criação de misturas entre gêneros, *híbridos* de natureza e sociedade; e a “purificação”, que condiciona a evolução da ciência à eliminação de todas as influências ‘externas’ (a subjetividade humana). Latour atribui a “crise da Modernidade” ao fato das práticas de purificação deixarem de cumprir seu papel em função do desequilíbrio provocado pela proliferação dos híbridos, que se tornam cada vez mais numerosos. Os novos e numerosos híbridos provocam “a necessidade de novas práticas de purificação que, por sua vez, colocam em cena uma nova categoria, estranha ao pensamento moderno: o artifício. Este não se reduz apenas ao conceito de arte-fato cultural, na medida em que nos oferece a possibilidade de produção artificial/maquinica de nossa ‘natureza’, abrindo a possibilidade de alterar e redefinir nossa humanidade e os contornos do mundo dito ‘natural.’” (Pedro 2003: 31)

Quem aceita este cenário de contínua mistura de natureza [“como a sociedade, a natureza não é considerada como o palco racional externo da ação humana e social, mas como resultado de um acordo altamente problemático... As palavras “não-humanos” e “coletivo” referem-se a entidades libertadas do fardo político que as obrigava a usar o conceito de natureza para atalhar o devido processo político], sociedade [“palavra (que) não se refere a uma entidade existente em si mesma, governada por suas próprias leis, oposta a outras entidades como a natureza; significa o resultado de um ‘acordo’ que, por razões políticas, divide artificialmente as coisas em esfera natural e esfera social. Para me referir, não ao artefato sociedade, mas às muitas conexões entre humanos e não-humanos prefiro a palavra ‘coletivo’] e tecnologia, deixa de ser moderno; quem ainda acredita que estas práticas são realmente separadas e independentes, continua moderno. Para evitar as distinções sociedade-natureza e sujeito-objeto, Latour propõe a substituição do termo “organismo” por “coletivo” [“ao contrário de sociedade, que é um artefato imposto pelo acordo modernista, esse termo se refere às associações de humanos e não-humanos. Se a divisão entre natureza e sociedade torna invisível o processo político pelo qual o cosmo é coletado num todo habitável, a palavra ‘coletivo’ torna esse processo crucial”], mais adequado para fazer referência à associação de humanos e não-humanos [Latour (2001), conceito que só tem

significado na diferença entre o par 'humano-não-humano' e na dicotomia sujeito-objeto] em um processo de mediação cuja responsabilidade deve ser dividida entre todas as partes envolvidas.

LUCAS: Paulo, deixa eu me explicar então:

[PAULO] > *Seu texto dá a entender que você acha que somente os arquitetos têm o conhecimento e as habilidades necessárias para tratar da configuração do urbano.*

Não. Na verdade eu quis apontar que os arquitetos ainda carecem de entender (completamente) qual é a contribuição que eles podem dar – que, a me ver, é desenhos que funcionam.

> (1) *Urbanidade, sendo um atributo das relações e interações que se produzem em um "coletivo" composto de humanos, não humanos (artefatos) e natureza, somente um olhar transdisciplinar será capaz de dar conta do problema;*

O olhar transdisciplinar historicamente esqueceu o pobre arquiteto, e sua contribuição – desenho/projetos. Arquitetura é barreira, segrega, separa e classifica as pessoas, mas também pode criar um potencial para interação, cooperação entre estas. Sem arquitetura não há urbanidade.

> (2) *Se os arquitetos são os únicos capazes de desenhar suas idéias e configurações, outros profissionais também têm suas habilidades e conhecimentos específicos, tais como os psicólogos ambientais, geógrafos, planejadores urbanos, ecologistas, antropólogos, etc*

Espero que sim! Os psicólogos ambientais têm dado contribuições grandes, por exemplo. Porém tenho muitas dúvidas quanto a diversos outros campos quando tratam do urbano por questões de escala mesmo. Arquitetura / Desenho urbano também é a escala do pedestre, da sala, da porta de entrada. Se eu olho pra uma mancha na cidade, ou para um conceito abstrato, eu não produzo conhecimento que possa ser traduzido em cidades reais.

> (3) *Jane Jacobs tem um livro que, apesar de algumas inconsistências (...)*

Não é inconsistência, é doença terminal. Eu adoro o livro de Jacobs. Mas o fato é que é literatura pra aluno de graduação. Não tem método, não tem dados empíricos, não tem experimento passível de repetição e verificação; não é científico, em suma.

> *Jane Jacobs fala da experiência de vida urbana, coisa que não é da competência dos arquitetos.*

Exatamente! Meu comentário vem um pouco do fato que autora, que escreveu um livro com 3 desenhos toscos, foi eleita entre arquitetos americanos (ok, numa pesquisa qualquer) como a maior pensadora urbana do século passado! Ou seja, não é que só arquiteto produza conhecimento aplicável em cidades, aparentemente são os únicos que não o fazem! Nós somos tão atrasados que não estamos nem na idade da pedra.

> (4) *Assim, por sugestão de minha parceira e amiga Rosa Pedro (Psicóloga que trabalha com as relações entre os humanos e as novas tecnologias) estou começando a ler os livros de Bruno Latour (...) e o que me encanta nele é seu entendimento de "coletivo" que pressupõe que não se pode falar de algo que é externo a nós, pois estamos imersos nele.*

Pois é, pouca gente entende isso. Esse é um problema estrutural na formação (fraquíssima) dos arquitetos urbanistas brasileiros. Por exemplo, quem trabalha com patrimônio histórico não consegue entender que a própria idéia de patrimônio só existe na cabeça deles, daí a destruição desenfreada. Não se pode falar de algo que só existe no domínio do observador, e quanto mais restrito é esse domínio (ex: arquiteto que trabalha com patrimônio) mais artificial será para um contexto maior (ex: pessoas que vivem numa cidade). Pior do que o Latour aponta [...] é o fato que normalmente estamos imersos em domínios muito restritos, e dificilmente possuímos a capacidade de olhar o fenômeno de fora. Daí minha impressão de uma urbanidade que na literatura não passa de representação, que só existe em nosso domínio cognitivo/cultural, de pessoas que possuem cultura acadêmica e conhecem outras realidades alternativas ao nosso modelo de cidade.

> (5) Se aplicado no contexto urbano, este entendimento implica em significativas mudanças qualitativas no entendimento do ambiente contruído, da urbanidade, etc.

> (6) A impossibilidade de separação dos homens do ambiente também tem sido trabalhada com profundidade e riqueza por autores como Humberto Maturana (*Ciência e vida cotidiana*) – e por Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch (*A mente incorporada*). (...)

Surpresa! Conheço o trabalho de Maturana e Varela. A biologia da cognição foi o grande princípio norteador tanto do meu mestrado quanto do meu doutorado, embora eu tenha trabalhado com poucos conceitos, em particular estrutura-organização do objeto arquitetônico / urbano em si, sem explorar a interação com seus usuários (que já era feita largamente na literatura, em particular na psicologia ambiental). Eu vou mais longe e lhe confesso que Maturana e Varela foram fundamentais na minha formação como cientista. Coincidência, acabei de comprar (ontem) o livro do Bateson, que trabalha com os mesmos conceitos – *Mind and Nature, a necessary unity*. Usando os termos de Maturana e Varela, as cidades brasileiras têm um acoplamento estrutural muito eficiente com uma parcela da população que domina os meios de produção e controle da cidade formal. Certamente insustentável, e certamente provoca efeitos sistêmicos terríveis, em particular para as parcelas excluídas. Mas esse acoplamento estrutural está baseado, justamente, na falta de urbanidade (cidade dos muros, shoppings e veículos particulares, etc).

Essa é a lógica social do espaço urbano brasileiro. Pra ser moderno, usando as novas teoria das redes complexas, o Barabasi (copiando de muitos outros que demonstraram a mesma coisa antes dele), fala em "preferential attachment", que na linguagem de Simon (acho), chama-se "vantagem cumulativa". Uma vez que um nó da rede ganha muitas conexões (Google, Microsoft, Partidos da Situação, Estados Unidos, Cientista com muitas citações, etc) torna-se difícil outro nó superá-lo. Para tal é preciso haver uma mudança estrutural no sistema. Ou seja, quando o monstro está criado, é difícil matá-lo. Reinventar um modelo de cidade necessita de uma mudança estrutural no sistema, e um novo acoplamento estrutural, ou simplesmente de uma nova lógica social, que faça uso da tal urbanidade. Será que dá pra fazer? Eu acho que sim, só leva tempo (não sei se estarei vivo para assistir).

VINICIUS: Gostaria de comentar as idéias novas aqui no debate, trazidas por Paulo e Romulo. O conceito de urbanidade tem mudado para o Romulo, a julgar pelas ultimas observações dele: passa a se pluralizar e ganhar um caráter mais microscópico ao se aproximar das diferenças no próprio social e suas espacialidades (ou suas diferentes relações a mesmas espacialidades, segundo essa relativização da 'lógica social do espaço'). Se aproxima assim de um conceito de 'socialidade' ou mesmo 'campo social,' que são chave em teoria social. Isso parece aumentar a sensibilidade e precisão do termo. Aqui, contudo, perdemos a visão de urbanidade como qualidade ou propriedade (ou atributo) da cidade. O termo ganha um caráter mais sociológico do que urbano ou espacial, e perde a possibilidade, que eu insistia, de ser tratado como meta-qualidade ou construção do urbano. Concordo que "urbanidade" é naturalmente multifacetada, mas não acho que deva ser usada pra descrever a relação particular entre grupos e espaços (e não so os "seus" espaços, os espaços produzidos por seus princípios de organização material, conscientes ou [largamente] inconscientes). Acho que esse desdobramento sociológico do termo o distancia da esfera geral do termo, e também de sua qualidade mais ontológica. Relembrando, defini "urbanidade" como conceito geral, implicando:

1) qualquer coisa referente ao urbano (o que se adequa à nova versão do Romulo), mas que acho pouco esclarecedora por encompassar qualquer coisa e qualquer espaço urbano ou espacialidade não rural ou aldeia;

2) implicando a qualidade de vitalidade urbana (trazida pelo Julio no começo do debate) ou *espaços de intensidade social e espacial*, com compressão de relações e práticas sociais (e, naturalmente, diversidade e sobreposição/convergência de práticas diferentes) – o "urbano a todo vapor" que se inicia em aglomerações (em formas e densidades variáveis – aqui, a definição desses limiares parece impossível) que alimentem a tal compressão das práticas – algo dificultado na espacialidade rural, por exemplo. A compressão das práticas que se relaciona também a um ethos de comportamentos urbanos e espacialidades não-degradadas; e por extensão,

3) uma "meta-qualidade" desejável, reunião de todas as demais, portanto um "devir" dos lugares e espaços, possível a partir de certas densidades ou configurações – ou não! Em espacialidades inteiramente relativas! Nesse caso, abandona-se a

preocupação em achar as “condições espaciais” da urbanidade e se procura urbanidade caso a caso. Logicamente, isso implica em sair da possibilidade de generalizar elementos para gerar conhecimento aplicável em outro caso que não aquele em estudo.

Uma vez que temos termos como socialidades, já relativos, talvez não precisássemos perder o caráter geral de urbanidade. Mas admito que uma forma de opor esse argumento é que esses termos definidos pra serem relativos e ‘microestruturais’ são fragilmente espaciais, alias certamente não evocam espacialidade alguma... tocam só em um dos lados da ‘dialética’ ou da ‘relação híbrida,’ como queiram marxistas ou pós-estruturalistas – na nova ‘versão Latour’, como veremos abaixo). Ainda, a preferência do Romulo por “atributo” e não por “qualidade” se justificaria se pensarmos “atributo” como “atributo construído” ou “construção,” isto é, para evocar os agentes como ativos na geração da urbanidade (mas uma vez produzida ativamente por agentes em referência a seus espaços e vice-versa, sob forma da cidade em si, não se tornaria uma qualidade inerente da cidade?) Do contrário, não entendo a distinção, Romulo. Também me interessaria como podemos ligar essa idéia recente do Romulo, mais conceitual, com a abordagem mais metodológica pra “captura” da urbanidade como atributos identificáveis em relações entre elementos, tudo isso de algum modo isolável e mensurável. Eu acredito que podemos sim mensurar propriedades urbanas como forma de entender cidades e seus problemas, incluindo a possibilidade comparativa, mas não sei se podemos medir algo tão multidimensional quanto ‘Urbanidade’. Fico com receio de deixar coisas demais de fora. Alias, sei que a idéia de usar outro nome visa escapar desse problema (urbanabilidade – alias, porque não *urbanicidade*, mais sonoro, como alguém usou em outro contexto?). Mas, nesse caso, *como reconectar “urbanabilidade” ao conceito maior de “urbanidade”?* Retornamos ao problema da dificuldade de ligar propriedades socio-espaciais identificáveis com todas as outras camadas ou presenças (e mesmo as relatividades que tem sido apontadas nos últimos emails, quando se insere a variedade dos campos sociais e suas apropriações do espaço como parte do conceito de “urbanidade”, com o qual não sei se concordo, pelas razões acima).

Falando das últimas observações do Paulo: esses apontamentos parecem ricos e uma espécie de *fundamento pra repensar urbanidade com outra epistemologia*, não presa nas divisões usuais, que marcam o pensamento ocidental, nossa visão das coisas, sistematizada/reafirmada, imagino, em Descartes e Kant e a partir daí, nas ciências modernas. Conceitos operariam através de (e imporiam) divisões dentro dos fenômenos ou no ‘real’. O hibridismo de Latour não é o único a tentar refazer as pontes entre coisas cognitivamente rompidas através das palavras, nomes e conceitos. Antes dele, tivemos outros franceses (hehe): Derrida, Deleuze, Foucault, Serret (mestre do Latour) – todos eles foram duramente críticos dessa ‘episteme’ e as práticas que ela induz. Latour é uma nova versão desse ímpeto de desestabilizar noções e cristalizações na nossa compreensão das coisas – uma que traz o ‘material’ e os ‘artefatos técnicos’ de modo mais explícito, e essa parece ser sua principal inovação (dado que se coloca como uma “ontologia”, uma teoria das condições de existência do mundo social ou das “associações” ou “coletivos,” como ele se refere). Tanto que hoje é moda na geografia humana (que nessa década está finalmente livre do marxismo – menos no Brasil, naturalmente, onde nem Nigel Thrift é conhecido por arquitetos doutores em geografia). Paulo acha então paralelos na cibernética do Maturana e Varela, no holismo do Capra, ou na fenomenologia via Merleau-Ponty.

Duas coisas seriam importantes aqui, se entendo a intenção do Paulo corretamente. Primeiro, a costura entre essas vertentes/abordagens todas demanda uma solução conceitual que ainda não está evidente – muito menos resolvida, naturalmente – nessa sinalização do Paulo. Claro que lançar esse enunciado é a parte inicial do problema. A síntese *de fato* deles é o próximo problema, porque apesar de (se entendi) se referirem essencialmente à mesma coisa, são construídos com bases, linguagens, muito, muito distintas. Eu diria até que é uma ousadia epistemológica, essa costura. Precisaríamos do próximo passo. Segundo, e talvez por isso, *a montagem dessa abordagem ultra sintética* (sincrética, quem sabe, termo caro ao Merleau-Ponty? Alias, como se poderia chamar uma abordagem que relaciona tradições tão distintas?) *não encontra contato claro no problema da urbanidade*.

> *Se aplicado no contexto urbano, este entendimento implica em significativas mudanças qualitativas no entendimento do ambiente contruído, da urbanidade, etc*

Acho que todos podem vislumbrar aonde o Paulo quer chegar. Mas *como* essa “síntese ontológica” (porque inclui itens da realidade material como um todo, numa proposta de nova leitura da sua constituição, agora ‘super-relacional’) estaria presente no

fenômeno da urbanidade (e me parece que "urbanidade" deveria reunir essas qualidades múltiplas, fundidas ou ligadas, e desmontadas pelos nomes e conceitos que usamos), ou *como* ela serviria pra entender urbanidade ainda ficaram pontos misteriosos. Seria interessante pedir pro Paulo mais um *round* de aproximação: como essa frame pode ser aplicada para entender, penetrar na "urbanidade".

PAULO: Vinicius, colegas. Acho que você "captou" com precisão minha intenção. Em minha pesquisa atual estou trabalhando exatamente neste sentido, mas ainda não tenho conclusões e sistematizações – e nem sei se as terei. Se viver é conhecer, sempre 'serei aprendiz'. Não tenho muita fé nas certezas da ciencia. Esta é uma questão a ser amadurecida: até que ponto precisamos ter fundamentos sólidos, nestes tempos de "modernidade líquida" (Zygmunt Bauman) ou a "rede de fluxos" (Manuel Castells, Minton Santos)? Diversos aspectos da vida humana não são possíveis de ser enquadados no modelo científico tradicional, mas eles existem e todos nós sabemos disto. Até hoje ninguém consegue definir cientificamente o quente, o fripo, o belo... mas eles estão presentes em nossas vidas. Assim, penso que em lugar de ficar tentando definir "verdades" e fundamentos fixos, devemos admitir que nos movemos em um pântano de incertezas e fluidez, e neste sentido, devemos estar, sim, atentos para observar e descrever as experiências que vivenciamos, tentando da melhor forma possível, dar um caráter mais sistemático ou estruturado, sem no entanto, ter este propósito como meta. Esta semana estou atoladíssimo com bancas e acompanhamento de candidatos ao Proarq, bem como com a organização de uma mesa que presido no SBQP 2009 (simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto) que se realiza nos dias 19 e 20 em São Carlos, e temo não poder aprofundar as questões levantadas por Vinicius. Assim que me desvencilhar destas questões, procurarei desenvolver melhor algumas das considerações apresentadas ontem.

ROMULO [ON VINICIUS]:

> *VINICIUS: "O conceito de urbanidade tem mudado para o Romulo, a julgar pelas ultimas observações dele: passa a se pluralizar e ganhar um caráter mais microscopico ao se aproximar das diferencias no proprio social e suas espacialidades (ou suas diferentes relações a mesmas espacialidades, segundo essa relativização da 'lógica social do espaço'). Se aproxima assim de um conceito de 'socialidade' ou mesmo 'campo social' que são chave em teoria social. Isso parece aumentar a sensibilidade e precisão do termo."*

ROMULO: não sei qual é o ponto de inflexão que vislumbraste aqui, v, mas lembro que na minha proposta de encaminhamento da pesquisa, feita há semanas atrás, e que consta na tua consolidação, já havia exatamente essa conceituação: caráter mais microscópico, várias fenomenologias diferenciadas, medidas que variam entre limites negativos e positivos, e ainda necessidade de diferentes variáveis de controle e legitimação. Tudo isso está lá.

> *"contudo, perdemos a visão de urbanidade como qualidade ou propriedade (ou atributo) da cidade. O termo ganha um caráter mais sociológico do que urbano ou espacial, e perde a possibilidade, que eu insistia, de ser tratado como meta-qualidade ou construção do urbano."*

ROMULO: Não creio saber o que significa meta-qualidade ou construção do urbano, entretanto o que eu quis dizer com a diferença entre qualidade e atributo foi que urbanidade é algo como interação espacial: flashy, curto prazo, envolve necessariamente gente, se faz e se desfaz em instantes, assume diferentes formas e tipos nos mesmos lugares, dependendo da hora, e de quem está envolvido. Podemos eventualmente falar em urbanidade do ato de produzir o espaço, a tal gentileza, delicadeza, sabedoria, sei lá o que, que leva à construção de lugares, mas essa é uma urbanidade do passado, está congelada nos prédios e espaços, sua recuperação é arqueológica e envolve hipóteses sobre códigos de urbanidade do passado. A teoria das interrelational networks, im, do portugali, trata disso de uma forma surpreendente, ainda que vaga.

> *"Concordo que "urbanidade" e' naturalmente multifacetada, mas não acho que deva ser usada pra descrever a relação particular entre grupos e espaços (e não so os "seus" espaços, os espaços produzidos por seus princípios de organização material, conscientes ou [largamente] inconscientes). Acho que esse desdobramento sociológico do termo o distancia da esfera geral do termo, e também de sua qualidade mais ontológica. Relembrando, defini "urbanidade" como conceito geral, implicando (1) qualquer*

coisa referente ao urbano (o que se adequa à nova versão do Romulo), mas que acho pouco esclarecedora por encompassar qualquer coisa e qualquer espaço urbano ou espacialidade não rural ou aldeia;"

ROMULO: Não sei se é assim; a minha suposta 'nova' versão, que é a velha, não se refere a qualquer coisa referente ao urbano, isso seria praticar um holismo intolerável e regredir na ciência urbana várias décadas, ao negar todo o conhecimento obtido pela decomposição do sistema urbano em sub, subsub, subsubsubistemas. Quando me referi a 'atributos' em lugar de 'qualidades' estava apenas contestando um juízo de valor, que no nosso caso é um pré-juízo, um preconceito, que considera urbanidade apenas aquelas situações aceitas como civilizadas, limpinhas. Quando falei na urbanidade do traficante, da polícia, da milícia e do morador da favela, estava apenas lembrando que essas situações e outras ainda que não citei, envolvem protocolos de urbanidade legitimados pela prática, embora julgados 'bons' ou 'maus' pelo preconceito. Essa noção de atributo, entretanto, não inclui tudo o que se refere ao urbano, mas aquelas tres situações mencionadas na minha proposta de encaminhamento: relações entre indivíduos no espaço, relações entre indivíduos e espaço, e o lance arqueológico, as relações implicadas na produção do espaço. Quanto a não usar o termo urbanidade para descrever relações entre grupos e espaço, como dizes aí em cima, que exclui tudo o que eu disse até agora; eu sugiro o caminho inverso: primeiro definir quais propriedades e relações do urbano estamos interessados, e depois as batizamos com um nome, que certamente não será urbanidade.

> "2) implicando a qualidade de vitalidade urbana (trazida pelo Julio no começo do debate) ou espaços de intensidade social e espacial, com compressão de relações e práticas sociais (e, naturalmente, diversidade e sobreposição/convergência de práticas diferentes) – o "urbano a todo vapor" que se inicia em aglomerações (em formas e densidades variáveis – aqui, a definição desses limiares parece impossível) que alimentem a tal compressão das práticas – algo dificultado na espacialidade rural, por exemplo. A compressão das práticas que se relaciona também a um ethos de comportamentos urbanos e espacialidades não-degradadas; e por extensão"

ROMULO: A qualidade de vitalidade urbana é a qualidade de vitalidade urbana, já definida por autores, antes, como Bentley, Lynch, etc. Ademais, vitalidade urbana pode bem ser (espero demonstrar isto daqui a alguns anos) um fenomeno de criticalidade e, se for, estará presente sempre, em diferentes dimensões. De qualquer forma, considerar urbanidade a partir de vitalidade urbana seria insuficiente, além de um pouco injusto, porque implica em assumir que toda cidade terá meia dúzia de lugares 'de urbanidade' e um grande 'resto' sem ela, já que vitalidade é relativa.

> "Uma vez que temos termos como socialidades, ja relativos, talvez não precisassemos perder o carater geral de urbanidade. Mas admito que uma forma de opor esse argumento é que esses termos definidos pra serem relativos e 'microestruturais' são fragilmente espaciais, alias certamente não evocam espacialidade alguma... tocam so em um dos lados da 'dialética' ou da 'relação hibrida,' como queiram marxistas ou pós-estruturalistas – na nova 'versão Latour', como veremos abaixo)."

ROMULO: O que está me parecendo é uma busca por uma propriedade das propriedades do urbano, como eu havia dito, a mãe de todas as qualidades, a síntese final de tudo, o que, além de ser um *long long shot*, demandaria, de novo, identificar quais propriedades fatoriais, setoriais, etc estariam sintetizadas na qualidade mãe, ou seja, voltamos ao marco zero.

> "Ainda, a preferência do Romulo por "atributo" e não por "qualidade" se justificaria se pensarmos "atributo" como "atributo construído" ou "construção," isto é, para evocar os agentes como ativos na geração da urbanidade (mas uma vez produzida ativamente por agentes em referência a seus espaços e vice-versa, sob forma da cidade em si, não se tornaria uma qualidade inerente da cidade?) Do contrário, não entendo a distinção, Romulo."

ROMULO: Bueno, meu ponto é que urbanidade não é um atributo da forma urbana, mas de uma relação entre forma urbana e usuários. A forma urbana tem inúmeros atributos, alguns já claramente identificados, outros sugeridos, outros provavelmente ainda desconhecidos, ou não descritos, mas nenhum deles se chama urbanidade. O termo se aplica, na minha visão, a outro campo, situado na fronteira entre morfologia e comportamento, mais ou menos como cognição. O problema com urbanidade é que, enquanto cognição, por exemplo, pode ser ancorada diretamente em determinados atributos morfológicos, como toda a pesquisa da área sugere, urbanidade não, porque provavelmente pressupõe vinculos entre espaço e indivíduos menos diretos, o que permite que os mesmos lugares possam ser associados a vários protocolos de comportamento e uso. Entendo que procurar urbanidade

como uma propriedade dos lugares é, além de perda de tempo, contribuir para confundir uma área já confusa. Obviamente urbanidade é próprio da cidade, desde que se entenda cidade como um sistema socioespacial, e não uma forma, ou uma configuração. Análises da forma urbana nos permitem hoje inferir uma distribuição provável do uso, tanto do espaço privado quanto do público, descrito em termos de gradientes de intensidade, certo, então essas análises capturam a tal intensidade, mas isso não é urbanidade, e sim centralidade (no âmbito da forma urbana) e vitalidade (no âmbito da prática social no espaço). Então, uma definição precisa de urbanidade ainda está distante, parece. Todas as relações 'propositais' entre usuário e espaço urbano já têm nome e, via de regra, várias formas de descrição: atividades, deslocamentos.... Ponho propositais entre aspas pq não acho um termo melhor para denotar as tradicionais relações entre espaço e usuário caracterizadas pela premeditação, certo, a ocupação de um lugar com uma atividade, a escolha de um percurso, etc. Talvez possamos pensar a urbanidade como uma relação não premeditada, como a gentileza implícita em dar uma informação ou aliviar alguém do peso de sua carteira, ambas ocasionadas pelas condições do momento. Notem que estou aqui tentando deliberadamente estreitar os limites para a definição da urbanidade, retirando do conceito possível aquilo que já tem outro nome e descrição. Então, aglomeração de pessoas, centralidade, compressão espacial, vitalidade, uso do solo, atividades, co-presença, fluxo, interação espacial, o diabo, já têm nomes e descrições, não são urbanidade., embora muito provavelmente todas essas coisas co-existam com urbanidade, eventualmente.

> *"Tambem me interessaria como podemos ligar essa ideia recente do Romulo, mais conceitual, com a abordagem mais metodológica pra "captura" da urbanidade como atributos identificaveis em relações entre elementos, tudo isso de algum modo isolavel e mensuravel. Eu acredito que podemos sim mensurar propriedades urbanas como forma de entender cidades e seus problemas, incluindo a possibilidade comparativa, mas não sei se podemos medir algo tão multidimensional quanto 'Urbanidade'."*
ROMULO: Bingo, ou melhor: 'mas não sei se podemos medir algo tão multidimensional quanto *queremos que urbanidade seja*'

> *"Acho que todos podem vislumbrar aonde o Paulo quer chegar. Mas como essa "síntese ontológica" (porque inclui itens da realidade material como um todo, numa proposta de nova leitura da sua constituição, agora 'super-relacional') estaria presente no fenomeno da urbanidade (e me parece que "urbanidade" deveria reunir essas qualidades múltiplas, fundidas ou ligadas, e desmontadas pelos nomes e conceitos que usamos), ou como ela serviria pra entender urbanidade ainda ficaram pontos misteriosos. Seria interessante pedir pro Paulo mais um round de aproximacao: como essa frame pode ser aplicada para entender, penetrar na "urbanidade"."*

ROMULO: Eu não consigo vislumbrar aonde o Paulo quer chegar, peço desculpas principalmente a ele por isso. Eu também não creio nas certezas da ciência, até porque elas não existem, ou não duram, melhor dizendo, mas, ao contrário do Paulo, creio no seu método como forma de discernir em meio ao pantanal. Vejo o holismo como uma forma de fugir dos problemas e fazer pizza (muita área, nenhuma profundidade, coisas coloridas *on top*). Não consigo ver o holismo como ponto de partida, e sim como possível ponto de chegada. Então se a proposta do Paulo é conceituar tudo de novo, a partir do zero, para então induzir (mediante experimentação e observação), deduzir (mediante observação e racionalização) ou simular, ou seja, aplicar os métodos da ciência, acho que sim, podemos conciliar, embora tenhamos pela frente *a hell of a job*, mas se a nova conceituação conduzir a um outro processo de geração de conhecimento, então as abordagens parecem inociláveis. Acho que mais um *round* é indispensável. Teria uma segunda leitura, holisticalike, que seria entender urbanidade como a soma ou síntese de propriedades do espaço urbano, com aproximação à noção de semântica, já trazida aqui por mim e pelo Vinicius. Semântica combinaria aspectos digamos de vocabulário (formas construídas, espaços abertos, atividades) com gramática, sintaxe e significado para gerar, combinadamente, um discurso morfológico que seria medido pelo seu grau de urbanidade. Assim, precisaríamos de capacidade descritiva do vocabulário, da gramática, da sintaxe e do significado, para descobrir as 'doses certas' que resultam em urbanidade. Seria um indicador tipo IDH, certo, composto através de outros indicadores, combinados.

PAULO: Sem ter a pretensão de dar seguimento às discussões, pois estou realmente cheio de atividades esta semana, gostaria de fazer dois esclarecimentos e uma provocação: (1) Em nenhum momento fiz referência a holismo. (2) Não acredito na eficiência de métodos estruturados de pesquisa, pois eles em geral direcionam nosso olhar para os aspectos previamente definidos, e que em

geral são bem diferentes da realidade da experiência. Ao focalizarmos em determinados aspectos, direcionamos nossa atenção apenas para estes aspectos, enquanto diversos outros eventos e aspectos importantes passam despercebidos.

VINICIUS: Gostaria de comentar os argumentos anteriores do Lucas:

> LUCAS: *Urbanidade e Configuração: Pra responder essa questão, esqueça a relação entre configuração e urbanidade. Uma das críticas que fiz às teorias [...] do Bill Hillier na minha tese foi bem simples: elas não tinham validade universal já que a lógica social do espaço abria possibilidade para relações distintas entre sociedade e espaço.*

Não sei se é o determinista em mim, mas eu não creio que possamos simplesmente suspender a relação entre configuração e urbanidade, assumindo que a relação inclui aspectos espaciais, sociais e mesmo experienciais. Talvez na versão sintática: mostrei na minha tese que a sintaxe tanto do edifício quanto da grelha simplesmente não pode projetar em si todos os componentes da prática ou necessários à prática: i.e. absorver informação social o bastante para servirem de expressão/suporte à prática. É preciso construir outros layers de informação social para tornar o espaço completamente “ligado” ou intrínseco à prática: o *semiótico* (signos da arquitetura e o que eles comunicam), e mais profundamente, o *semântico*, entendido como conteúdos informacionais mais complexos, produzidos pela prática e portanto passíveis de estabelecerem conexões ou “referencialidade” com os conteúdos da língua linguagem. Na escala urbana, a materialidade “bruta” da geometria de ruas parece conter sim informação social sob a forma de menos ou mais restrições à apropriação (de resto, a distância ou muros tem impacto análogo). Mas se ampliarmos a ideia de configuração para a ideia de “morfologia” incluindo outros elementos como as estruturas edificadas (se fosse possível suspender as outras construções da prática/cognição no espaço), podemos ao menos chegar mais claramente nos limites de uma abordagem somente material. Creio que a morfologia do edificado pode dar pistas de condições de urbanidade sim, simplesmente porque elas são expressão da ocupação e das práticas que a arquitetura abriga e a cidade relaciona. Se relativizamos essa relação completamente, estamos abrindo mão da tal dialética, e abrindo mão de entender as *condições da continuidade entre “vida” e “materialidade”*. É abrir mão da ideia de que *produzimos um tecido material como meio de associação*. Usei em um artigo a seguinte imagem: ainda que impossível de ser demonstrada, a hipótese de que o espaço importa e de que moldamos o espaço como um tecido material para nossa associação fica evidente simplesmente pelo fato de que não produzimos espacialidades urbanas sem emergências de padrões, sem heterogeneidades (distribuições naturais de centralidades, acessibilidade etc.). Mesmo espaços totalmente planejados como homogêneos terminam por apresentar heterogeneidades ou endógenas ou induzidas pela prática nesses espaços, incluindo a transformação do espaço pela prática. Esse foi um achado encantador pra mim, na época: a fragilidade e elusividade da prática social é capaz de transformar a rigidez, opacidade e durabilidade do espaço (prática social como uma emergência coletiva de práticas, algo naturalmente histórico).

Meu argumento central é de que, assim como moldamos os sons para produzir linguagem, moldamos e carregamos o espaço de conteúdos cognitivos e práticos (e portanto experienciais) – espaço e língua são os meios de conectar nossos atos e estabelecer referências práticas e informacionais entre [espaço e prática, e] virtualmente tudo o que fazemos, produzimos e experienciamos. Apesar disso ser fora de moda, eu realmente acredito em causalidades, imersas em contingência. Fui execrado pelos referees na Transactions of the Institute of British Geographers em função de simplesmente apontar que há estruturas nas cidades, e que elas parecem ter um papel evidente – de resto mapeado na economia urbana e em syntax – em dinâmicas não-espaciais. (Aliás, aqui aparece a contribuição imensa da J.Jacobs: seus *insights* fazem todo o sentido, e alguns dos principais insights foram rigorosamente explicados pela economia urbana e mesmo pela geografia econômica, vide as “economicas jacobs” como forças aglomerativas geradas pela diversidade das práticas e atividades urbanas. Outros, como a atenção à configuração geométrica – absoluta – do quarteirão em relação à rua e formas/intensidades de apropriação da rua ainda estão por ser comprovadas. [Mas estão lá]).

>Daí minha impressão de uma urbanidade que na literatura não passa de representação, que só existe em nosso domínio cognitivo/cultural, de pessoas que possuem cultura acadêmica e conhecem outras realidades alternativas ao nosso modelo de cidade.

Essa observação não pode me satisfazer: ela implica que nenhuma elaboração, conceito, e por extensão, idéia, pode capturar aspectos da realidade. Essa posição tem a ver com o "idealismo" em filosofia (acessando o velho dicionário de filosofia de Cambridge, a separação entre aparência e realidade; o real como confinado ou relacionado aos conteúdos das nossas mentes). O que parece bem estranho pra um cara que desenvolve um software pra representar (e medir acessibilidade) em redes espaciais, Apesar de entender que as tais linhas de continuidade são uma abstração tremenda, uma outra forma de propor "desconuidade" na "realidade" das redes. Hehe. Agora entendo sua crítica de fundo idealista, você certamente está construindo categorias quase so mentais.... [mas ancoradas em aspectos que são lidos/contidos la, no fenomeno].

>Para tal é preciso haver uma mudança estrutural no sistema. Ou seja, quando o monstro está criado, é difícil matá-lo. Reinventar um modelo de cidade necessita de uma mudança estrutural no sistema, e um novo acoplamento estrutural, ou simplesmente de uma nova lógica social, que faça uso da tal urbanidade.

Quebra de padrões. Interessante. Como fazer isso? Precisamos destruir o sistema de organização social que se vale do espaço (outra contradição, Lucas: voce acredita que separações espaciais são implicadas de fato com separações sociais... decida-se!), ou podemos so propor estratégias urbanas mais adequadas (sim, de maior "urbanidade"!), provando a insustentabilidade economica, social, ambiental dos padrões atuais? Somos parte da auto-organização e mudança de padrões. *It is time, as it seems.* A discussão tocou em pontos mais conceituais e ricos – como havia dito ao Douglas em separado, acho que estamos chegando em dimensões da "urbanidade" que eu ainda não tinha visto ou que desconhecia: o conceito parecia bem menos problematico e 'transparente' em abordagens anteriores, e isso significa que estamos penetrando em camadas potencialmente novas ou pouco exploradas – ao menos quanto a esse conceito, de resto, robusto. Acho que podemos desenvolver mais cada uma das visões que estão vindo à mesa. Mas não falo na construção de consensos como um objetivo da discussão, como talvez se possa entender do meu email anterior enviando o doc da discussão – não vejo esses consensos como necessários nesse caso, se reconhecermos complementaridades e eventuais contradições como válidas; falo do *aprofundamento dos pontos de vista em visões mais consistentes*. Por tudo isso, acho que o livro seria uma bela maneira de afirmar esse excelente dialogo – a rodada de 'completamento' dos argumentos (de uma discussão que poderia seguir indefinidamente), ainda por vir.

LUCAS: Vou tecer mais alguns comentários porque só ontem li o projeto de pesquisa do Douglas que deu origem à discussão. Por sinal, fantástico! Tenho que agradecer, pois semestre que vem quero oferecer uma disciplina de avaliação de desempenho de espaços urbanos "a lá" Fred Holanda, e essa discussão ajudou bastante:

> LUCAS: Urbanidade e Configuração: Pra responder essa questão, esqueça a relação entre configuração e urbanidade.

> VINICIUS: Não sei se é o determinista em mim, mas eu não creio que possamos simplesmente suspender a relação entre configuração e urbanidade, assumindo que a relação inclui aspectos espaciais, sociais e mesmo experienciais.

Bem, claro que se você usar a receita do Bill e pegar uma área da cidade que já tem densidade, pessoas, lojas, transporte público, etc, tudo funcionando direitinho, faz um mapa axial, pequeno, com a tal área no meio e pronto – mágica: os espaços integrados são os que tem mais gente e, via de regra, urbanidade. Porém, na vida real, sua via integrada pode ser uma "highway" ou cortar terrenos vazios, ou áreas degradadas por outro motivo qualquer, ou sem densidades, etc. O que queria dizer mesmo é que integração não garante urbanidade, e potencialmente é um atributo de importância igual a vários outros (densidade construtiva e populacional, por exemplo), como aqueles que o Fred usa, por exemplo. Afinal, nosso objetivo maior seria *criar* urbanidade, já que nossas cidades carecem tanto dela. Neste caso, não dá pra confiar só em integração.

> *Talvez na versão sintática: mostrei na minha tese que a sintaxe tanto do edifício quanto da grelha simplesmente espaço independente) não pode projetar em si todos os componentes da prática e necessários à prática (...)*

Exato! E arquitetura vai ter que ajudar em várias outras coisas, não só integração, para que se consiga materializar uma prática / apropriação que reflita alguma forma de urbanidade.

> *Mas se ampliarmos a ideia de configuração para a ideia de "morfologia" incluído outros elementos como as estruturas edificadas (se fosse possível suspender as outras construções da prática/cognição no espaço), podemos ao menos chegar mais claramente nos limites de uma abordagem somente material.*

Exato!

> *Mesmo espaços totalmente planejados como homogêneos terminam por apresentar heterogeneidades ou endógenas (...) a fragilidade e elusividade da prática social é capaz de transformar a rigidez, opacidade e durabilidade do espaço (prática social como uma emergência coletiva de práticas, algo naturalmente histórico).*

Foi esse o argumento do Martin, criticando a estória de que cidade planejada não tem vida. Achei fantástico.

>>LUCAS: *Daí minha impressão de uma urbanidade que na literatura não passa de representação, que só existe em nosso domínio cognitivo/cultural, de pessoas que possuem cultura acadêmica e conhecem outras realidades alternativas ao nosso modelo de cidade.*

Eu estava desconfiado disso, e depois dessa discussão, convencido. Porém, se elegermos uma urbanidade específica, tomando uma cidade real como modelo, sim (e viva!) é possível replicá-la ou materializá-la noutro lugar, com grande contribuição da arquitetura. Por isso achei o projeto do Douglas fantástico, pois pode gerar uma contribuição importante. Claro que será uma espécie de "disney", possivelmente insustentável, já que acredito que nossa sociedade é "desurbana" por opção, mas pode servir para apresentar outro modelo de cidade, e quem sabe, plantar uma semente. Em Londres, num evento de urban design (cityscape, se não me engano) a prefeitura de Londres apresentou sete princípios de desenho urbano usados nessa fantástica reinvenção da cidade turística que eles fizeram por lá. Aliás, o grande esforço do representante da prefeitura foi tentar convencer a plateia de que eles também lembravam, de vez em quando, das áreas pobres da cidade (não convenceram, aparentemente urbanidade só funciona onde tem gente rica e educada). Não lembro quais eram, nem achei na internet (*sorry*), mas eu poderia listar alguns "atributos" os quais tinha esboçado para uma possível disciplina de avaliação urbana:

1. Densidade (construtiva e populacional)
2. Prioridade para o pedestre (ao menos) e cooperação entre transporte público e percursos urbanos
3. Potencial para apropriação do espaço (sombra, banco de praça, calçada, coisa básica mesmo)
4. Diversidade de usos, em escala sustentável, e com interface para a rua (senão as pessoas entram num shopping na primeira oportunidade)
5. Organização visual (sinalização, mobiliário, etc)
6. Sinergia, tais espaços tem que estar interligados numa rede, na escala do pedestre (esse é o segredo de Londres, aliás, uma mini-cidade compacta, dentro de outra)

Eu não listaria "valor histórico" nem fatores "emotivos" como fatores essenciais (se fossem, a maioria das tentativas de revitalização dos nossos centros históricos teriam dado certo). Mesmo que fique com cara de "New Urbanism", laços emotivos e históricos se constroem como Vinicius apontou. Acho que tudo isso dá pra medir quantitativamente e traduzir em proposta de desenho urbano.

> *VINICIUS (...) O que parece bem estranho pra um cara que desenvolve um software pra representar (e medir acessibilidade) em redes espaciais, (haha). Apesar de entender que as tais linhas de continuidade são uma abstração tremenda*

Isso está bem delineado na tese, que fala muito mais de representação do que qualquer outra coisa. Mapas axiais caíram do espaço junto com uma tábua ditando umas regras aí, só depois vieram tentar explicar. Até os físicos partem de representações de rede criadas arbitrariamente, ninguém para pra pensar que aquilo é representação. Mostrar o papel da representação no modelo minha principal contribuição na minha tese (acho). Eu demonstrei de onde os mapas de continuidade vêm, e *demonstrei quantitativamente que todas as propriedades geradas pelo mapa de continuidade (e isso vale pro axial também) são criadas pela representação em si*, e portanto só fazem sentido se as regras para gerar tais mapas fizerem sentido também. Eu demonstrei como e quando topologia captura geometria, e por aí vai (e só capturam por causa da regra de representação). Ficou supercomplicado, um dos avaliadores não entendeu absolutamente nada (o que facilitou bastante minha vida, pois respondi metade das possíveis perguntas).

>> LUCAS: (...) *Reinventar um modelo de cidade necessita de uma mudança estrutural no sistema, e um novo acoplamento estrutural, ou simplesmente de uma nova lógica social, que faça uso da tal urbanidade.*

> VINICIUS: *Quebra de padrões. Interessante. Como fazer isso? Precisamos destruir o sistema de organização social que se vale do espaço (outra contradição, Lucas: voce acredita que separações espaciais são implicadas de fato com separações sociais... decida-se!), ou podemos so propor estratégias urbanas mais adequadas (sim, de maior "urbanidade!"), provando a insustentabilidade economica, social, ambiental dos padrões atuais? Somos parte da auto-organização e mudança de padrões.*

De forma bem simples, é mais fácil separar do que juntar. Nosso modelo de cidade é muito mais fácil de construir, não precisa nem de planejamento urbano, só de arquiteto / engenheiro vendido, empreiteiro, corretor imobiliário e político. Nosso modelo de cidade é sustentável economicamente, muita gente ganha dinheiro com ele. Salvar o Brasil da crise? Reduz IPI de carro e material de construção. Insustentável social, econômica e politicamente é tentar implantar um modelo de cidade europeu aqui sem uma mudança estrutural. Teria que haver uma mudança estrutural, exemplo? *Congestion charge* em Londres. Tem que ser radical e doloroso, sem pena. Tem que destruir a "vantagem acumulada" do modelo atual. (mas como falei, uma Disney aqui ou ali pode abrir a mente das pessoas, vale a pena também)

DOUGLAS: [...] deixo com vocês algo que me chegou faz pouco e que, independente do *bias* religioso, tem tudo a ver com a nossa conversa. É do Rubem Alves; diz ele: "Dostoiévski observou que os seres humanos não estão à procura de Deus; estão à procura do milagre. Deus é o objeto mágico que, se propriamente manipulado, faz a minha vontade, realiza o meu pedido. Traduzindo em linguagem grosseira não é ela ou ele que eu desejo, ao me casar. É o dinheiro que ela ou ele tem. No mundo do 'eu-tu', o outro ouve atentamente e acolhe o tu como parte de si mesmo. Pode ser um cachorro, uma arvore, uma criança, um ancião, ate mesmo o chefe... E, ao assim me relacionar, um mundo humano é criado ao meu redor, mundo em que as entidades não são objetos de uso, mas objetos de prazer. Buber conclui sua filosofia dizendo que Deus não está aqui, não está ali. Deus está 'entre', na relação, no hífen... Deus se encontra no espaço misterioso e invisível da relação". E assim é com a urbanidade; ela também se encontra no '*espaço misterioso e invisível da relação*'. Espero também que o número de macacos na cristaleira não seja um óbice a que todos apresentemos, de modo livre e de acordo com nossos enfoques particulares, nossas apreciações e descrições com relação ao tema da urbanidade, que é o nosso foco.

Ainda que sejam tópicos entrelaçados, vou tratar no que segue inicialmente do tema da *urbanidade*; passo em seguida aos temas da *sintaxe espacial* e do *observador incorporado*. Serei breve. Me interessei pelo conceito de *urbanidade*, e coloquei o mesmo no título da pesquisa que veio a gerar essa troca de idéias, por entender que trata-se de um tema de ponta na cultura arquitetônica contemporânea, e por entender que ele define com precisão aquele ingrediente que falta em tantas situações arquitetônicas e urbanas projetadas por nós, arquitetos. Vejo que nesses lugares falta a urbanidade. O que quer dizer falta urbanidade? O que essa palavra "urbanidade" significa nesse contexto? Respondo a essa pergunta, inicialmente, com outra pergunta; qual o significado tradicional, de dicionário, do termo urbanidade? E tomo a resposta do Michaelis *on-line* como a minha resposta; 1 Qualidade do que é urbano. 2 Delicadeza, cortesia; civilidade, polidez. *Antôn: grosseria*. Pois é isso, utilizo o termo *urbanidade* exatamente nesse sentido, no seu sentido tradicional e mais corriqueiro, apenas que aplicado aos não humanos; edifícios, ruas e cidades. Edifícios

dotados de cortesia, gentis com o corpo. Ruas e bairros dotados de civilidade. E por aí vai. Ou ao contrário, situações espaciais onde o corpo sofre ou situações espaciais abandonadas pelo corpo. Situações com baixa urbanidade. A urbanidade é composta portanto por algo que vem da cidade, da rua, do edifício e que é apropriado, em maior ou menor grau, pelo corpo, individual e coletivo. A urbanidade está precisamente nesse *modo de apropriação* da situação pelas pessoas, seja na escala do edifício, seja na escala da cidade. Ela não é sinônimo de vitalidade, embora possa incluí-la. Nesse contexto o corpo naturalmente é o parâmetro; o comportamento espacial. A medida da delicadeza, da civilidade, é demonstrada pela conduta do corpo, individual e coletivo; em sua presença, em sua ausência, em sua postura. Ou seja, a urbanidade está no modo como essa relação espaço/corpo se materializa. Como descrever então essa acomodação, ou não, do corpo ao espaço? Quais seriam então os componentes espaciais determinantes da urbanidade, dessa civilidade vinda do espaço? Voltaremos em seguida a esse tópico.

Deixo essa pergunta no momento em *stand by* e faço um breve comentário sobre a urbanidade relacionada ao tema da habitação social, que parece ser uma espécie de laboratório no qual a ambição de criar urbanidade vem sendo continuamente testada. Tenho acompanhado de perto a evolução da habitação social praticada por nós arquitetos e o quadro é desanimador. Tenho viajado, assim como a maior parte de vocês, por diferentes culturas e esse fenômeno é geral. Dez anos atrás fiz um trabalho sobre os Núcleos Planetário e Lupicínio Rodrigues, em Porto Alegre, mostrando o fracasso daqueles lugares desde o ponto de vista da sua *urbanidade*. Uso esse termo agora; na época eu falava mais em com *performance* espacial, integração, segregação, acessibilidade; termos que eu vejo hoje como confundindo as coisas. Tenho claro que, no momento, o termo urbanidade descreve melhor aquilo que falta naqueles lugares, apesar de estarem plenos de pessoas em seus espaços públicos. Na época eu mostrei nesses trabalhos o quanto a configuração espacial daqueles locais era determinante no modo de vida das pessoas que ali viviam e vivem e o quanto essas configurações excluía, especialmente, o bairro, e as pessoas do bairro, onde esses conjuntos se localizam. Poderíamos hoje, saindo da habitação social e ampliando na direção da *grand architecture*, fazer um trabalho semelhante sobre o museu Ibero Camargo recentemente inaugurado em Porto Alegre; uma situação absolutamente privada de urbanidade e a meu ver sem qualquer possibilidade de recuperação. Podemos desenvolver isso mais adiante. Aí reside a evidência de que até o Siza tem a necessidade de estudar melhor os condicionantes espaciais da urbanidade.

Passo agora, rapidamente, ao segundo ponto da pauta acima sugerida, que é a *sintaxe espacial*. Vejo a sintaxe espacial como uma característica natural dos ambientes criados pelo homem em toda e qualquer escala. Entendo por *sintaxe espacial* um aspecto particular do termo mais geral *configuração espacial*, e que se refere a essa *dimensão combinatória* ou de *articulação* dos espaços criados pelo homem. Ou seja, toda a ação humana no território ocorre mediante um arranjo espacial que tem uma dimensão sintática através da qual o(s) corpo(s) se deslocam. Esse deslocamento acontece tendo por base a condição de axialidade; sequencias espaciais constituídas de sucessões de eixos. Essa é a meu ver a essência da sintaxe espacial e aí repousa a sua utilidade maior para nós arquitetos. Muito antes do Hillier outros já haviam chegado a essa percepção do papel natural da *axialidade* na condição espacial: *'o eixo é talvez a primeira manifestação humana; ele é o meio de toda a ação. A criança em seus primeiros passos busca mover-se ao longo de um eixo, o homem se debatendo em meio a tempestade traça para si próprio um eixo. O arranjo é a gradação de eixos, e assim também a gradação de objetivos, a classificação das intenções'* (Corbusier, 1931). Esse entendimento das diferentes escalas a partir da gradação dos eixos e da acomodação do corpo/atividades (objetivos e intenções) me parece crucial na demonstração das razões da arquitetura e do urbano. Portanto, ainda que tenha sido concebido pelo Hillier, o mapa axial está aí, evidente aos olhos de quem quer ver naturalmente. Quem não quer ver não vê. São as linhas de movimento e de visada, umas maiores, mais longas, outras menores, que em conjunto e de modo articulado compõem a espacialidade das cidades, dos lugares, dos edifícios, dos interiores.

Vejo o mapa axial como uma eficiente ferramenta para quem pratica projeto e para quem ensina projeto. Na escala da edificação o mapa axial propicia que se demonstre ao cliente ou estudante o modo como os espaços são apropriados pelas pessoas, permitindo assim que se avalie a pertinência ou não das sequencias espaciais constantes da situação proposta. O mapa axial é diferente de um diagrama de linhas de movimento contínuas justamente pela sua capacidade de precisar a inflexão, o *link*. Esse é o valor didático do mapa axial; o modo nítido como ele mostra a presença do corpo na planta mostrando de modo articulado acessibilidade

e visibilidade. Tenho a impressão que substituir a linha axial, ou um diagrama de linhas axiais, por um diagrama onde pontos representam linhas significa retirar a descrição do campo da espacialidade e, por conseguinte, da arquitetura e do urbanismo. O importante para o nosso campo de estudo é que o mapa axial, entendido como um diagrama de linhas de movimento, tem uma forma espacial precisa.

E por aqui já podemos retornar à nossa questão formulada no final do parágrafo anterior, ou seja: quais seriam então os componentes espaciais determinantes da urbanidade, dessa civilidade vinda do espaço? Para responder a essa pergunta utilizo nessa pesquisa as ferramentas da sintaxe espacial. Quero dizer com isso que tenho como hipótese de trabalho que as razões de uma determinada situação ser ou não dotada de urbanidade repousa essencialmente nas características sintáticas daquela situação. Vejo aí, compondo o lado físico-espacial da urbanidade, características sintáticas vindas de duas escalas que funcionam de modo articulado; a escala global, descrita através do mapa axial e vinda de um entorno abrangente à situação em estudo, e a escala local, descrita através de diagramas de espaços convexos, diagramas das constituições, mostrando o modo como espaços convexos são constituídos (portas e janelas), e sequencias de imagens. (ai vai entrar o observador em movimento). Vejo aí que a ação combinada de fatores globais e locais tendem a determinar o *grau de urbanidade* de uma determinada situação. Aí entra o posicionamento da situação na rede urbana, o modo como ela é configurada localmente (convexidade) e a constituição do espaço por aberturas. Assim será descrito, nessa pesquisa, o lado físico-espacial da urbanidade. Pelo menos inicialmente. Vou naturalmente, ao longo do processo, abrindo ao grupo para críticas, adendos e o que vier. Esse enfoque desvincula, pelo menos em princípio, a condição de urbanidade da pura e simples presença maior ou menor de pessoas.

Passo agora ao último ponto, inicialmente listado, que é a participação do observador incorporado, o observador em movimento. Vejo nessa parte o método de trabalho ora em andamento, como composto na essência por dois elementos; diagramas descritivos e observações de campo, diretamente relacionadas a esses diagramas, e registradas em foto e vídeo. São sequencias espaciais descritas simultaneamente em diagramas e fotos mostrando e discutindo a espacialidade das diferentes situações e a performance dessa relação que denominei como urbanidade. Entendo nesse contexto o observador de Schmarsow como o típico observador incorporado. Quem é esse personagem, assim equipado para observar os lugares. Schmarsow assim o vê: "Tão logo tenhamos aprendido a experienciar a nós mesmos, solitários, como centros do espaço – um espaço cujas coordenadas se interceptam sobre nós – teremos então achado o precioso cerne, o investimento inicial pode-se dizer, no qual toda a criação arquitetônica esta baseada. Uma vez que uma imaginação ativa captura esse germe e o desenvolve de acordo com as leis dos eixos direcionais – leis essas inerentes mesmo ao menor núcleo de toda e qualquer idéia espacial – a semente da mostarda se tornará então uma árvore e todo um mundo nos envolverá" (Schmarsow, 1874 – outro que sacou a axialidade lá atrás). Vejo aí que a captura desse germe e seu desenvolvimento de acordo com *a lei dos eixos direcionais* é a chave do entendimento da cidade e da condição de urbanidade. A lei dos eixos direcionais é precisamente aquilo que denominamos hoje como sintaxe espacial. Estou no momento trabalhando nesse aspecto em dois *fronts*. O primeiro deles é a elaboração de diagramas articulando as descrições de axialidade e convexidade. O segundo é a verificação em campo, através de roteiros programados, da *performance* dos espaços / *performance* das pessoas. Os roteiros tomam o centro da cidade do Rio de Janeiro como um *laboratório da urbanística*, um local onde diferentes modos de produzir cidade foram e *vem sendo* exercitados ao longo de sucessivas gerações e onde o *grau de urbanidade*, inerente a esses *diferentes padrões de urbanização* pode ser hoje avaliado. Não tenho no entanto com essa iniciativa qq ambição tipológica, criar uma tipologia da urbanidade. Não vai ser por aí. O atual estágio de desenvolvimento do trabalho está *uploaded* e <http://www.mediafire.com/download.php?tznzjdtzt0w>; conto com a colaboração de todos. O contraponto permanece bem-vindo.